

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**WIRLESSON SILVA FALCÃO**

**AS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO  
SÓCIOECONÔMICO LOCAL: O CASO DO INSTITUTO COMUNITÁRIO  
GRANDE FLORIANÓPOLIS (ICOM)**

**Florianópolis**

**2016**

**WIRLESSON SILVA FALCÃO**

**AS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO  
SÓCIOECONÔMICO LOCAL: O CASO DO INSTITUTO COMUNITÁRIO  
GRANDE FLORIANÓPOLIS (ICOM)**

Monografia submetida ao curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa.

**Florianópolis**

**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno Wirlesson Silva Falcão na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa  
Orientador

-----  
Prof. Dr. Marcos Alves Valente  
Membro

-----  
Prof. Dr. Wagner Leal Arienti  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Pode até parecer clichê, mas cada palavra dita aqui não conseguirá definir a imensa gratidão que eu sinto por todas as pessoas que contribuíram com o meu crescimento pessoal e profissional no decorrer dessa caminhada universitária.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda essa jornada.

Aos meus pais e irmãos que, mesmo estando do outro lado do Brasil (literalmente), sempre acreditaram no meu potencial e, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Dr. Armando Melo de Lisboa pela paciência e incentivo na orientação, que tornou possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores e colegas de curso da UFAM e UFSC, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

A equipe muito querida do Instituto Comunitário Grande Florianópolis, em especial Aline Venturi e Mariane Nunes, que, mesmo com a correria de suas atividades, conseguiram dedicar um tempo para me auxiliar com este trabalho.

E, principalmente, a todos os meus amigos de Floripa (não vou citar nomes para não correr o risco de deixar alguém de lado), que realmente foram uma família para mim e me ajudaram muito nessa vida universitária.

A todos vocês serei eternamente grato. **MUITO OBRIGADO.**

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.  
(Mahatma Gandhi)

## **RESUMO**

O acelerado crescimento econômico do Brasil nos últimos anos foi acompanhado por um aumento em grande escala dos problemas sociais. Tais problemas são decorrentes das falhas de mercado e da ineficiência do Estado. Com isso, o surgimento do Terceiro Setor foi fundamental para amenizar essas carências. O tema central deste trabalho são as Fundações Comunitárias, um conceito inovador que utiliza a prática da filantropia para mobilizar recursos e atender às necessidades de uma comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Utilizou-se um método de abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), que analisou a relevância e aplicabilidade do conceito das fundações comunitárias no terceiro setor da Grande Florianópolis e para o desenvolvimento socioeconômico local.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, Fundações Comunitárias, Desenvolvimento Socioeconômico.

## **ABSTRACT**

The rapid economic growth in Brazil in recent years has been accompanied by an increase in social problems on a large scale. Such problems are a result of market failures and state inefficiency. Thus, the emergence of the Nonprofit Sector was essential to alleviate these shortcomings. The central theme of this study is the Community Foundations, an innovative concept that uses the practice of philanthropy to mobilize resources and meet the needs of a community, with the goal of improving the quality of life. The study uses a qualitative approach method, through a case study of the Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) which examined the relevance and applicability of the concept of community foundations for the Nonprofit Sector in Florianópolis and the local socio-economic development.

**Keywords:** Nonprofit Sector, Community Foundations, Socio-economic Development.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Inter-relação entre os Setores Socioeconômicos .....	19
<b>Figura 2:</b> Contribuição dos setores no valor agregado da economia em 2002.....	22
<b>Figura 3:</b> Composição das fontes de financiamento das instituições sem fins lucrativos no Brasil. .....	23
<b>Figura 4:</b> Recursos Privados recebidos em algumas áreas de atividade do terceiro setor em 2002. .....	24
<b>Figura 5:</b> Distribuição das FASFIL segunda área de atuação, em 2010.....	28
<b>Figura 6:</b> Número de Empregados da FASFIL em 2006, 2008 e 2010.....	30
<b>Figura 7:</b> Características Fundações Comunitárias. ....	39
<b>Figura 8:</b> Crescimento das Fundações Comunitárias no Mundo.....	43
<b>Figura 9:</b> Pilares de uma Fundação Comunitária. ....	48
<b>Figura 10:</b> Destino das doações de brasileiros realizados em dinheiro. ....	50
<b>Figura 11:</b> Motivos pelos quais brasileiro não realizaram doação. ....	51
<b>Figura 12:</b> Universo de atuação do Social Good Brasil.....	70
<b>Figura 13:</b> Investimento Social na Grande Florianópolis. ....	71



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil em 2010. ....	25
<b>Tabela 2:</b> Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e população total, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação em 2010. ....	26
<b>Tabela 3:</b> Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de ano de fundação no Brasil.....	27
<b>Tabela 4:</b> Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2010. ....	29
<b>Tabela 5:</b> Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil em 2010.....	31
<b>Tabela 6:</b> Evolução do salário médio mensal e variação percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo o grupo da classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010. ....	32
<b>Tabela 7:</b> Recursos mobilizados no ano de 2015. ....	72

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Principais Entidades do Terceiro Setor no Brasil. ....	34
<b>Quadro 2:</b> Parcerias Institucionais e Convenio do ICOM. ....	57
<b>Quadro 3:</b> Propostas e Ações da Agenda do Terceiro Setor de Florianópolis. ....	60
<b>Quadro 4:</b> Plano de Investimento Fundo de Reconstrução de Santa Catarina. ....	65
<b>Quadro 5:</b> Prestação de Contas do Fundo de Reconstrução de Santa Catarina. ....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABONG** – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

**BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CFC** – Conselho Federal de Contabilidade

**CEMPRE** – Cadastro Central de Empresas

**CAIS** – Centro de Apoio à Inovação Social

**DI** – Desenvolvimento Institucional

**FASFIL** – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil

**GIFE** – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

**ICOM** – Instituto Comunitário Grande Florianópolis

**IVA** – Instituto Voluntários em Ação

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**OS** – Organização Social

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONG** – Organização Não Governamental

**OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**SGB** – *Social Good Brasil*

**TiB** – *Together is Better*

**UNV** – *United Nations Volunteers*

**UNISUL** – Universidade do Sul de Santa Catarina

**WINGS** – *Worldwide Initiative for Grantmaker Support*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2. OBJETIVOS .....	15
1.2.1. Objetivo Geral.....	15
1.2.2. Objetivos Específicos .....	15
1.2.3. Justificativa .....	15
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3. O TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>18</b>
3.1 Conceituação.....	18
3.2. Aspectos Quantitativos e Qualitativos do Terceiro Setor .....	20
3.3. As entidades que compõem o terceiro setor .....	32
<b>4. FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS.....</b>	<b>36</b>
4.1 O que é uma Fundação Comunitária? .....	37
4.2. Elementos Históricos das Fundações Comunitárias .....	40
4.3. Endowments e a Sustentabilidade Financeira das Fundações Comunitárias .....	45
<b>5. ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>52</b>
5.1. O Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) .....	53
5.2. ICOM e o Fortalecimento do Terceiro Setor na Grande Florianópolis.....	57
5.2.1. Disseminando o Desenvolvimento Institucional (DI) .....	58
5.2.2. O Portal da Transparência .....	60
5.3. ICOM e o Desenvolvimento Socioeconômico Local.....	62
5.3.1. Conhecimento da Região de Atuação .....	62
5.3.2. Fundos de Investimento Social e <i>Endowments</i> .....	63
5.3.3. Mobilização .....	67
5.4. Inovação Social.....	69
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>74</b>
REFEÊNCIAS	
ANEXOS	

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O capitalismo é o sistema dominante atualmente e tem uma enorme contribuição para o crescimento econômico de uma sociedade. Todavia, ele também é o responsável por uma série de problemas no que tange ao desenvolvimento socioeconômico.

É importante ter clara a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois são conceitos distintos e que acabam gerando dúvidas. De acordo com Siedenberg (*apud* VIEIRA, ALBERT e BAGOLIN, 2007, p. 3), crescimento é um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo, significando aumento em dimensão, volume e/ou quantidade. Nessa mesma linha de raciocínio, considera-se o crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia em determinado período de tempo. Normalmente é medido pela variação do PNB<sup>1</sup> ou do PIB<sup>2</sup>.

Sendo esse, o crescimento, resultado das mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais, é tratado como desenvolvimento econômico. Segundo Siedenberg (*apud* VIEIRA, ALBERT e BAGOLIN, 2007, p. 4), o desenvolvimento econômico é um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região. Vasconcellos (*apud* VIEIRA, ALBERT e BAGOLIN, 2007, p. 4) afirma que é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, moradia e educação).

Embora o sistema capitalista carregue inúmeras vantagens para o crescimento econômico, ele é o responsável por gravíssimos problemas sociais. Cattani (2003) aponta três destes problemas:

---

<sup>1</sup> **Produto Nacional Bruto:** soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos.

<sup>2</sup> **Produto Interno Bruto:** valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtivas.

O primeiro é decorrente da intensificação de sua natureza profunda: **acumular e acumular, sempre e mais, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e alienação do trabalhador [...]**. O segundo problema, consequência do primeiro, diz respeito à **agravação da desigualdade**. No limiar do século 21, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. Alguns poucos bilionários detêm bens e poderes superiores ao de dezenas e dezenas de nações. Para elites dominantes, as profundas desigualdades são interpretadas como naturais, decorrentes do maior esforço e sagacidade de alguns e da falta de vontade e criatividade dos outros. Essa concepção de meritocracia, fundamentada na concorrência entre desiguais, permite legitimar processos de exclusão e de eliminação dos “menos capazes”. Os **riscos ligados à sobrevivência física do planeta e da sua população** correspondem ao terceiro problema decorrente da expansão do “capitalismo turbinado”. Depois de explorar riquezas naturais de maneira predatória, a expansão industrial ameaça hoje o ar, a água, a vida enfim. Como a natureza não se vinda, mas revida, catástrofes constantes decorrentes de desequilíbrios ecológicos abalam regiões do mundo inteiro (CATANNI, 2003, p. 9.10, grifo nosso).

Os setores socioeconômicos tem uma importante missão de fazer com que o crescimento e desenvolvimento andem juntos. Atualmente, existe a presença de três setores socioeconômicos. O primeiro é o Setor Público, representado pelo Estado, o segundo consiste no Mercado, e o terceiro é composto por Organizações Privadas de Interesse Público que não visam lucro.

O Terceiro Setor é um tema que tem gerado grandes divergências e confusões devido a sua grande diversidade conceitual, tornando-se complicado defini-lo e compreendê-lo de forma clara e objetiva. Como aponta Lisboa (2003, p. 253), essa imprecisão conceitual se estabelece sobre as noções de terceiro setor, sociedade civil, economia social, economia solidária e economia popular.

Há uma falta de consenso relacionado aos termos e designações em relação ao terceiro setor ou as organizações que o compõem. Nos países europeus, de forma geral, utiliza-se o termo *Nongovernmental Organizations* (organizações não governamentais); na Inglaterra, é comum o uso do termo *Charitable Sector* (setor da caridade) e do termo *Voluntary Sector* (setor voluntário); e, na França, é utilizado termo *Economie Sociale* (economia social). Assim, é possível perceber que o consenso na utilização de uma terminologia não é característica marcante do setor nos diversos países. A esse respeito, cabe ressaltar que as terminologias utilizadas pelos países citados como exemplos têm uma justificativa histórica, em consonância a realidade de cada um deles (FALCONER, 1999).

O conceito de terceiro setor, nesta pesquisa, é baseado na perspectiva dominante no Brasil e teve suas origens nos Estados Unidos. Esta perspectiva apresenta um terceiro setor que é

composto por instituições privadas de interesse público, que não visam a lucro e que prestam serviços para a sociedade.

Para Camargo (*apud* FLACH 2006, p.24), as necessidades do homem sempre foram ilimitadas, mas os recursos materiais são escassos. O sistema capitalista sugere a livre concorrência, buscando maximizar a utilização dos meios materiais de produção. Com a produção em escala, desenvolveu-se na mentalidade da elite econômica a importância da acumulação de capitais. Esse acúmulo de renda e bens em uma porção pequena da sociedade e um paralelo processo de empobrecimento motivado pelos baixos salários da massa ocasionou uma situação de fragilidade do Estado. O dinamismo da globalização, do comércio e da economia fez com que o poder público não conseguisse mais suprir as necessidades e interesses coletivos. As desigualdades sociais e o fracasso do Estado em reverter este quadro e a ineficiência do atendimento às necessidades sociais despertaram na sociedade civil a busca de soluções privadas para problemas públicos. Surge, então, o terceiro setor, composto por entidades não governamentais e sem fins lucrativos, que pretendem complementar e apoiar a luta por causas sociais.

O Brasil teve um grande e acelerado crescimento econômico nos últimos anos, ganhando destaque no cenário mundial, porém os problemas sociais só aumentaram. Tais problemas resultam das falhas de mercado e da ineficiência do Estado. Por isso, o terceiro setor exerce um papel fundamental de apoio ao Estado para amenizar essas carências. Como apontam Mañas e Medeiros (2012, p.18), o terceiro setor é um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes, pois utiliza mecanismos que resultam na geração de emprego e renda. Segundo Hudson (1999), muitos dos valores hoje atribuídos ao terceiro setor como a filantropia e caridade já se faziam presentes antes mesmo do nascimento de Cristo.

O objeto de estudo desta pesquisa são as Fundações Comunitárias que, segundo Hero e Walkenhost (2012), é umas das formas de filantropia que tem mais crescido no mundo, pois, com a prática da filantropia, mobilizam-se recursos para atender as necessidades de uma comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Essa compreensão originalmente norte-americana ganhou uma abrangência internacional.

Esta pesquisa se motiva a compreender qual o impacto das fundações comunitárias para o terceiro setor da Grande Florianópolis e quais são os mecanismos utilizados para o desenvolvimento socioeconômico local.

## 1.2. OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho estão divididos em gerais e específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto das fundações comunitárias para o terceiro setor da Grande Florianópolis e para o desenvolvimento socioeconômico local por meio de um estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM).

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- (i) Apresentar definições e características acerca do terceiro setor;
- (ii) Caracterizar, em termos teóricos, o conceito e evolução histórica das fundações comunitárias;
- (iii) Demonstrar o impacto do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) para o terceiro setor da Grande Florianópolis e para o desenvolvimento socioeconômico da região.

### 1.2.3 Justificativa

Há uma relevância muito grande no que diz ao conceito de terceiro setor, pois vivemos um *boom* no crescimento de entidades filantrópicas e de organizações civis nos últimos anos. O sentido fundamental aponta tanto para a incorporação do social na racionalidade econômica (a esquerda descobre que mercado não é pecado, e a burguesia que o social não é ônus), quanto para uma nova forma de fazer política, que atua sem uma referência centralizada e procura aumentar as potências da multidão (processo de empoderamento). Assim como o público passa a ser visto como algo a mais do que o estatal, também o econômico perde sua forma autista e privatista, passando a ser percebido como algo próprio deste amplo espaço público. Lisboa (2003, p. 254-255).

O terceiro setor vem crescendo e desempenhando um importante papel na sociedade. Panceri (2001) afirma que:

[...] A tendência do Terceiro Setor é crescer em tamanho, em conhecimento, em profissionalização, em número de colaboradores contratados e, principalmente, em número de pessoas atendidas, aumentando a qualidade de vida, em número de projetos executados com sucesso, em visibilidade e credibilidade (Panceri 2001, p. 130)

Com o crescimento do terceiro setor, esta pesquisa se torna útil para verificar a relevância do conceito de fundações comunitárias para o setor, além de mensurar o impacto socioeconômico dessas fundações para uma determinada região. A pesquisa se dará através de um estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), onde serão analisadas as características das fundações comunitárias, que são: a) a composição de sua estrutura de governança com membros que reflitam a diversidade de atores locais; b) a atuação em uma área geográfica definida; c) a mobilização de recursos de diversas fontes e o papel de fazer doações (*grantmakers*); d) a busca pela sustentabilidade ao trabalhar na formação de fundos permanentes (*endowments*) (SILVA, 2011, p.11).



## 2. METODOLOGIA

Este trabalho utilizou um método de abordagem qualitativo do tema estudado. Optou-se pelo método de estudo de caso, pois, segundo Lima (2008, p.34) corresponde a uma das formas de realizar pesquisas de caráter qualitativo sobre um fenômeno em curso e em seu contexto atual, além de viabilizar uma imersão integral, profunda e minuciosa do pesquisador na realidade social investigada.

O material bibliográfico que imprimirá a fundamentação conceitual deste trabalho foi feito com base na análise de artigos, livros e notícias retiradas de fonte impressa e *online*. Vale ressaltar que a literatura acadêmica disponível ainda está muito limitada. Para contribuir com a investigação do conceito das fundações comunitárias, foi realizado um estudo do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), que serviu como objeto de análise para verificar a relevância das fundações comunitárias para terceiro setor da Grande Florianópolis e para o desenvolvimento socioeconômico da região. Para mensurar esse impacto, realizou-se um levantamento de dados baseando-se nas atividades desenvolvidas pelo ICOM.

Para realizar a pesquisa foi necessário coletar informações a respeito da estruturação do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), das etapas que percorreu, da sua missão e visão, público alvo, objetivos e plano de negócios mapeado e contabilização dos impactos sociais. Ter acesso aos relatórios de doações e balanço patrimonial foi de grande importância para analisar a sustentabilidade financeira da instituição. Todas as informações necessárias para realizar o estudo de caso foram retiradas de fontes públicas, disponíveis no site, ou coletadas via entrevistas com funcionários e visitas à própria organização.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta as definições e características do terceiro setor, bem como mostra sua importância econômica e inter-relação com os outros setores. O segundo capítulo aborda as fundações comunitárias, assim como sua evolução histórica e todas as metodologias adotadas no seu conceito. O último capítulo apresenta o estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), objetivando demonstrar a relevância do conceito de fundações comunitárias para o terceiro setor da Grande Florianópolis e para o desenvolvimento socioeconômico local.

### 3. O TERCEIRO SETOR

Para um melhor entendimento da relevância do conceito das fundações comunitárias para o terceiro setor, é necessário caracterizar de forma geral o que é este setor e quais são suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

#### 3.1 Conceituação

Terceiro setor, nesta pesquisa, é o conjunto de organizações privadas destinadas ao interesse público. Esse conceito é baseado na perspectiva dominante norte americana que, no decorrer do século XX, estabeleceu fortemente o setor não lucrativo e o modelo tri-setorial. O estabelecimento deste modelo tri-setorial se deu pelo fato de que, como aponta Fernandes (1999, p.127), a ideia de “um terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo”, e nesta medida faz referência ao Estado e ao Mercado.

Em nossa sociedade civil atual, existe a presença de três setores socioeconômicos: o setor público (primeiro) que é representado pelo Estado, o mercado (segundo), e o terceiro, que é composto por organizações privadas de interesse público que não visam a lucro e prestam serviços em diversas áreas, assim como o primeiro setor.

Bento (2010) discursa em sua pesquisa acerca do papel destes três setores na sociedade:

O Estado surge a partir de três elementos, o “poder político, povo e território”. “É um poder político exercido sobre um território e uma população”, conforme destaca (GRUPPI, 1980. p. 07). “Tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como o pluralismo político” (Art. 1º da CF/88). Sua finalidade básica é administrar os bens públicos para atender as necessidades coletivas, derivadas dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

O segundo setor, que abrange o mercado, tem como principal característica a finalidade lucrativa. Tal setor é composto por empresas privadas que sobrevivem da venda de bens e serviços, oferecidos ou não pelo Estado, cuja finalidade é o acúmulo de capital.

**O terceiro setor começou a surgir a partir do momento em que o Estado não estava mais atendendo satisfatoriamente, a prestação de bens e serviços à população** (BENTO, 2010, p.14, grifo nosso).

A definição de terceiro setor, no Brasil, é utilizada para identificar as atividades da sociedade civil que não se enquadram na categoria do primeiro setor, que são atividades estatais, representado por entes da administração pública, ou do segundo setor, que são as atividades de

mercado, representado pelas empresas com finalidade lucrativa, ou seja, indústria e comércio (MANÃS; MEDEIROS, 2012).

Para Fernandes (1994, p.19), a definição é sucinta, mas portadora de uma ambiciosa mensagem: surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um “terceiro setor”, “não-governamental” e “não-lucrativo, que é organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. A figura 1 esquematiza o modelo tri-setorial das três esferas dos setores socioeconômicos.

**Figura 1:** Inter-relação entre os Setores Socioeconômicos



Fonte: Adaptado de MACHADO (2008, p. 32).

Para Machado (2008), a existência dos três setores é indispensável para sociedade, visto que interagem entre si e um supre as necessidades do outro, buscando uma harmonia entre ambos e reconhecendo a impossibilidade de atingirem seus objetivos de forma isolada.

Coelho (2000) aponta que o terceiro setor apresenta elementos bastante relevantes, pois expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública.

Fernandes (1994, p.22) explica que ao pensar em um terceiro setor, no entanto, a necessidade de ênfase é sentida, pois entre ele e o governo há algo em comum: ambos devem cumprir uma função eminentemente coletiva. É como se a retórica sugerisse que “não apenas o governo, mas nós também temos uma função pública”. Da mesma forma, ao se dizerem não lucrativas, parecem sublinhar que, apesar de não gerarem lucro, também são independentes e autogeridas assim como as empresas no mercado.

O conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Fernandes (1994) exemplifica ainda o sentido positivo desta expressão.

**Bens e serviços públicos**, neste caso, implicam em uma dupla qualificação: **não geram lucros e respondem a necessidades coletivas**. Eventuais benefícios auferidos pela circulação destes bens não podem ser apropriados enquanto tais pelos seus produtores e não podem, em consequência, gerar um patrimônio particular. O carro que transporta o pessoal da organização não pode ser transformado, pelo seu diretor, em veículo de uso pessoal e de sua família, e muito menos vendido para aplicação em sua conta particular ou incorporado a sua herança (FERNANDES, 1994, p.21, grifo nosso).

Em um mundo de economia globalizada, marcada por incertezas, instabilidades, mudanças aceleradas, e de impotência dos Estados em combater o aumento desenfreado da pobreza e da desigualdade social, as organizações do terceiro setor ganham destaque e evidência pelo papel que vêm desempenhando na sociedade. Por possuírem objetivos sociais ao invés de vantagens econômicas, uma vez que visam ao bem-estar da sociedade, entendem-se como componentes do terceiro setor as organizações que tenham uma clara atuação social, em uma das suas mais diversas formas e que não tenham fins lucrativos, isto é, direcionam todo o superávit de suas operações para a própria organização (MCKINSEY&COMPANY, *apud* LUCA 2008).

Nas palavras de Manãs e Medeiros (2012), o terceiro setor, em linhas gerais, é o espaço da economia ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam atividades complementares às públicas, visando a contribuir com a solução de problemas sociais e orientadas pelo bem comum.

### 3.2. Aspectos Quantitativos e Qualitativos do Terceiro Setor

Em aspectos econômicos, o terceiro setor tem um importante papel para sociedade, pois, além de contribuir com a melhoria dos problemas sociais, gera emprego e renda. Como apontam

Mañas e Medeiros (2012), o terceiro setor é um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes, pois utiliza mecanismos que resultam na geração de emprego e renda. A passagem a seguir esclarece ainda mais essa questão.

O terceiro setor tem sido um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes, em razão de sua política baseada na execução de projetos e programas capazes de incentivar a geração de emprego e renda, bem como despertar as comunidades para a exploração de atividades que possam assegurar sua sobrevivência. Ele tem sido visto como um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos que não geram lucro, mas respondem a necessidades coletivas (MAÑAS; MEDEIROS, 2012, p.18).

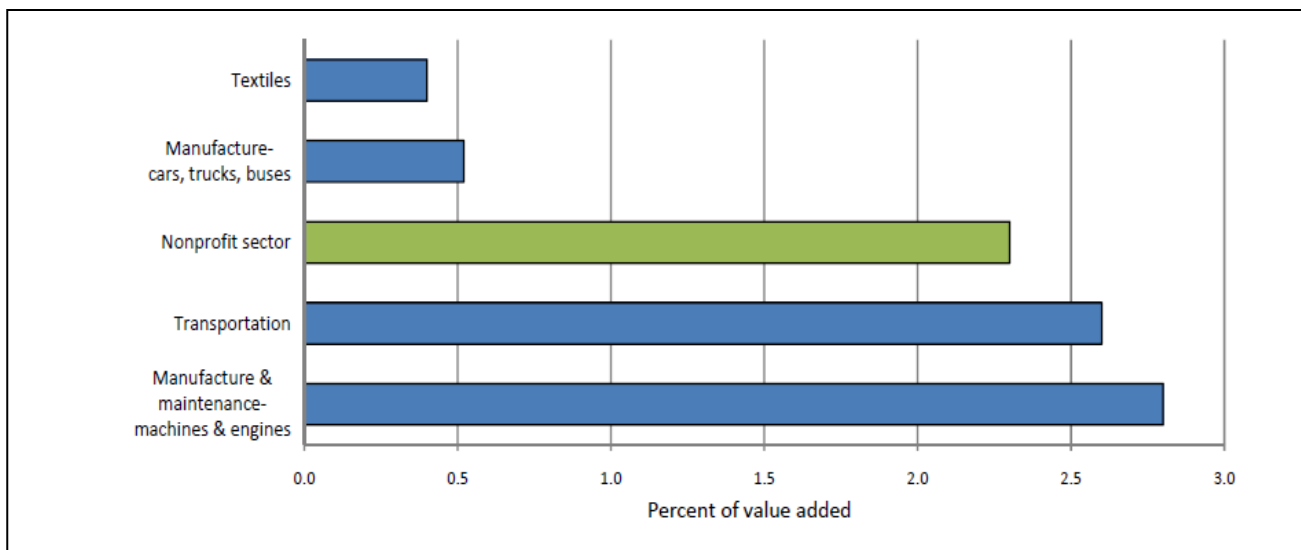
Paes (2003) afirma que o terceiro setor começou a ser reconhecido por sua importância no âmbito da sociedade e da economia, pela sua capacidade de mobilização de pessoas e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais que o Estado não atende, pela sua capacidade de geração de empregos e pelo aspecto qualitativo, caracterizado por seu idealismo, como a participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social.

Para Bento (2010, p.17) o terceiro setor vem crescendo com o passar dos anos, destacando-se na economia pela geração de empregos e pelos recursos que movimenta devido à grande quantidade de entidades que desenvolve no país para, muitas vezes, tentar suprir as necessidades sociais que o Estado não alcança.

Apesar do importante papel deste setor, poucos são os estudos a respeito do espaço ocupado pelas organizações do terceiro setor na economia brasileira. Destaca-se um estudo piloto da Organização das Nações Unidas (ONU) realizado no ano de 2010 que apresenta o impacto das Organizações sem Fins Lucrativos (*Nonprofit Organizations*) para a economia brasileira. Segundo esse estudo, o terceiro setor no Brasil representa uma força econômica significativa, pois no ano de 2002 contribuiu com cerca de 34,2 bilhões de reais, e incluindo a força de trabalho voluntária, significa que o setor contribuiu aproximadamente em 2,3% do valor agregado da economia do país. (UNV, 2010, p.10, tradução nossa).

Para uma melhor visualização da importância deste setor em termos econômicos. A figura 2 apresenta uma comparação entre o terceiro setor e alguns principais setores econômicos.

**Figura 2:** Contribuição dos setores no valor agregado da economia em 2002.

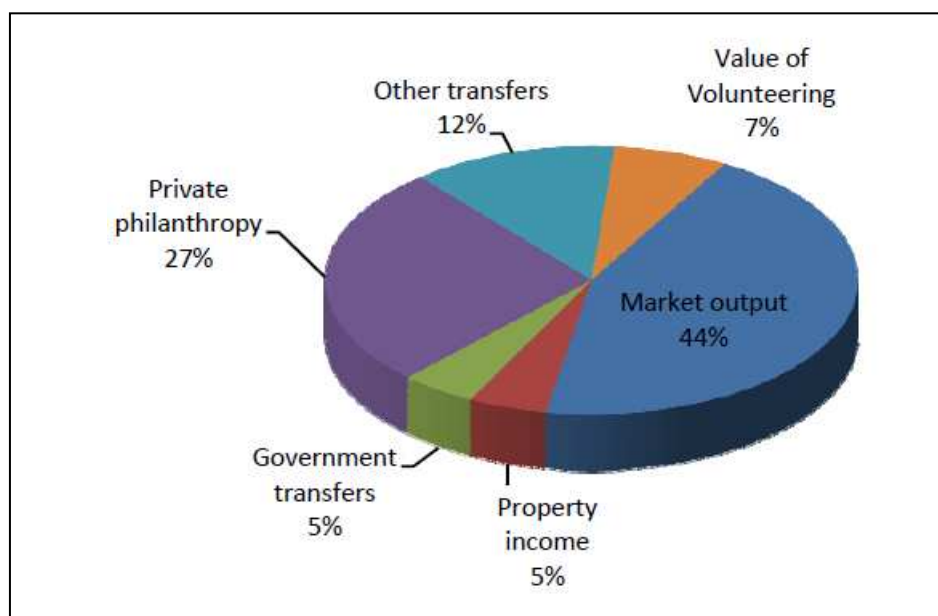


Fonte: UNV (2010).

É notável que a contribuição do terceiro setor quando comparado a outros setores da economia brasileira tem um significado importante para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Observou-se na figura 2 que a contribuição do terceiro setor é substancialmente maior que a indústria têxtil e de fabricação de automóveis, e está muito próxima a da indústria de transporte. Por isso, o terceiro setor não pode ser visto como um setor marginal, ou menos importante, pois além de figurar uma grande importância para o crescimento do país, ele é um setor imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico.

O estudo da ONU (UNV, 2010, p.17, tradução nossa) apresenta também a estrutura de receita deste setor, demonstrando a enorme movimentação de recursos que é gerada. No ano de 2002, a receita total do terceiro setor no Brasil foi de cerca de 76,6 bilhões de reais (incluído o valor de tempo voluntário), provenientes das taxas por serviço prestado, renda do governo, doações privadas e transferências ao setor. A figura 3 mostra a composição básica da receita total do terceiro setor.

**Figura 3:** Composição das fontes de financiamento das instituições sem fins lucrativos no Brasil.



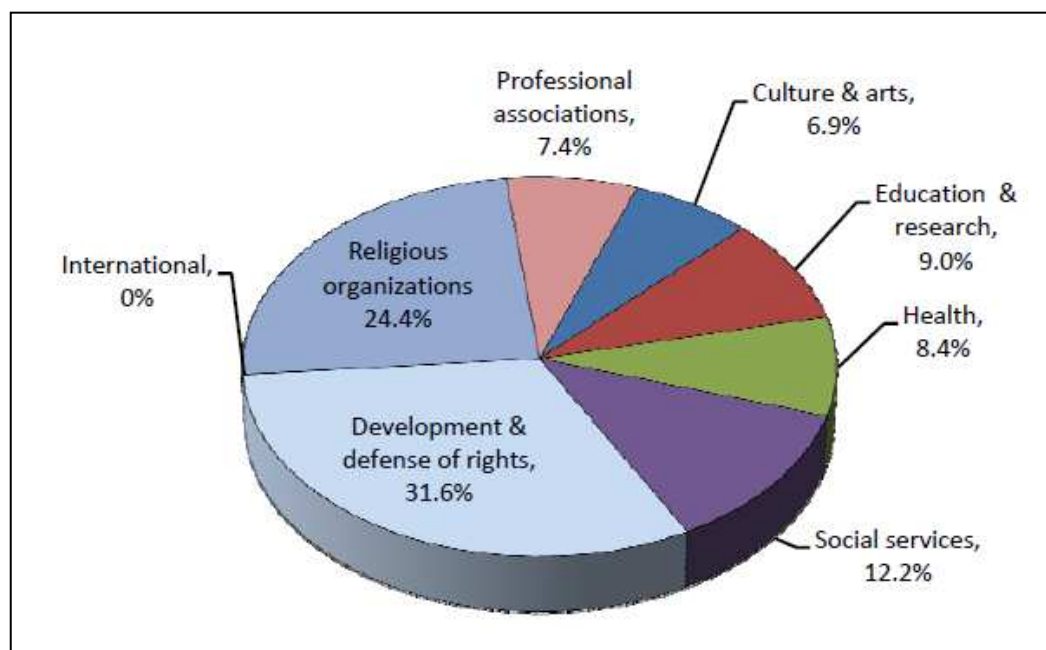
Fonte: UNV (2010, p.17).

Quase a metade dos recursos deste setor são auto-gerados por meio da venda de bens e serviços (44%), rendimentos de propriedade equivalem a 5%, transferências do governo<sup>3</sup> federal, estadual e municipal (5%), transferências filantrópicas de famílias e empresas privadas (27%), outras transferências, possivelmente de pagamento de anuidade de associados (12%), e o valor imputado ao voluntariado está avaliado em 7%.

A filantropia exerce um papel fundamental no terceiro setor. A figura 4 apresenta os recursos privados transferidos para algumas instituições do setor, onde as instituições religiosas e as instituições de desenvolvimento e defesa dos direitos somam mais da metade (53%) de todas as doações feitas para o setor sem fins lucrativos em 2002. Instituições de Serviço Social (12%), saúde (8,4%), educação e pesquisa (9%), cultura e artes (12%) e associações profissionais (7,4%). Recursos vindos do exterior não foram levados em consideração na pesquisa.

<sup>3</sup> O próprio estudo afirma que a contribuição do governo na figura 3 é bem maior do a que foi apresentado, mas os dados utilizados na pesquisa não levaram em consideração os subsídios por parte do governo ao setor.

**Figura 4:** Recursos Privados recebidos em algumas áreas de atividade do terceiro setor em 2002.



Fonte: UNV (2010, p.19).

No ano de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE e a Secretaria-Geral da Presidência da República, se uniram para realizar, em parceria, um estudo com o panorama geral sobre as **Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL)**.

O estudo traz informações atualizadas sobre o universo associativo e fundacional brasileiro para os anos de 2006, 2008 e 2010 – quantas são, onde se localizam, o que fazem, quantas pessoas empregam etc. Esse conjunto de informações é essencial para análise e avaliação do papel das organizações da sociedade civil.

É importante mencionar que o estudo foi realizado com informações das FASFIL existentes no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE e que se enquadravam, simultaneamente, nos seguintes critérios:

- (a) Privadas, não integrantes, portanto, aparelho de Estado;
- (b) Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;



- (c) Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; e  
 (d) Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (IBGE et al. 2012).

De acordo com a Tabela 1, no ano de 2010 foram identificadas no Brasil, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Este grupo de instituições representa uma parcela significativa de 5,2% do total de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas (5,6 milhões) que compunham o Cadastro Central de Empresas, do IBGE no mesmo ano. Entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento na ordem de 8,8% das FASFIL no Brasil, que passaram de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período.

**Tabela 1:** Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil em 2010.

Classificação das Entidades sem fins lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
<b>Total</b>	<b>290.692</b>
Habitação	292
Saúde	6.029
Cultura e Recreação	36.921
Educação e Pesquisa	17.664
Assistência Social	30.414
Religião	82.853
Associações Patronais e Profissionais	44.939
Meio Ambiente e Proteção Animal	2.242
Desenvolvimento e Defesa de Direitos	42.463
Outras Instituições Privadas sem fins lucrativos	26.875

Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

A Tabela 2 apresenta a distribuição das FASFIL no território nacional, que tende a acompanhar a distribuição da população.

**Tabela 2:** Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e população total, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação em 2010.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas Associações sem Fins Lucrativos		População Total	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
<b>Brasil</b>	<b>290 692</b>	<b>100</b>	<b>190 755 799</b>	<b>100</b>
Norte	14 128	4,9	15 864 409	8,3
Nordeste	66 529	22,9	53 081 950	27,8
Sudeste	128 619	44,2	80 364 410	42,1
Sul	62 633	21,5	27 386 891	14,4
Centro-Oeste	18 783	6,5	14 058 094	7,4

Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

Pode-se observar que, na Região Sudeste, concentram-se praticamente as mesmas proporções de FASFIL (44,2%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar, figura a Região Nordeste, onde estão 22,9% das instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,8%). A Região Sul ocupa o terceiro lugar tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada das FASFIL, uma vez que, nesta região, encontram-se 21,5% das entidades e apenas 14,4% da população. Na Região Norte, acontece o inverso, pois estão 4,9% das FASFIL e 8,3% dos brasileiros.

A maior parte das FASFIL (40,8%) foram criadas entre 2001 a 2010, e são relativamente novas no Brasil. Das 118,6 mil entidades nascidas nesse período, 50,8% surgiu nos últimos cinco anos, sendo que cerca de 4% a cada ano, evidenciando um crescimento regular no período. É importante registrar o peso das entidades criadas no período de 1981 a 2000, pois elas representam 46,5% do total de entidades em atividade em 2010. Pode se observar na Tabela 3 essa solidificação do setor no decorrer dos anos.

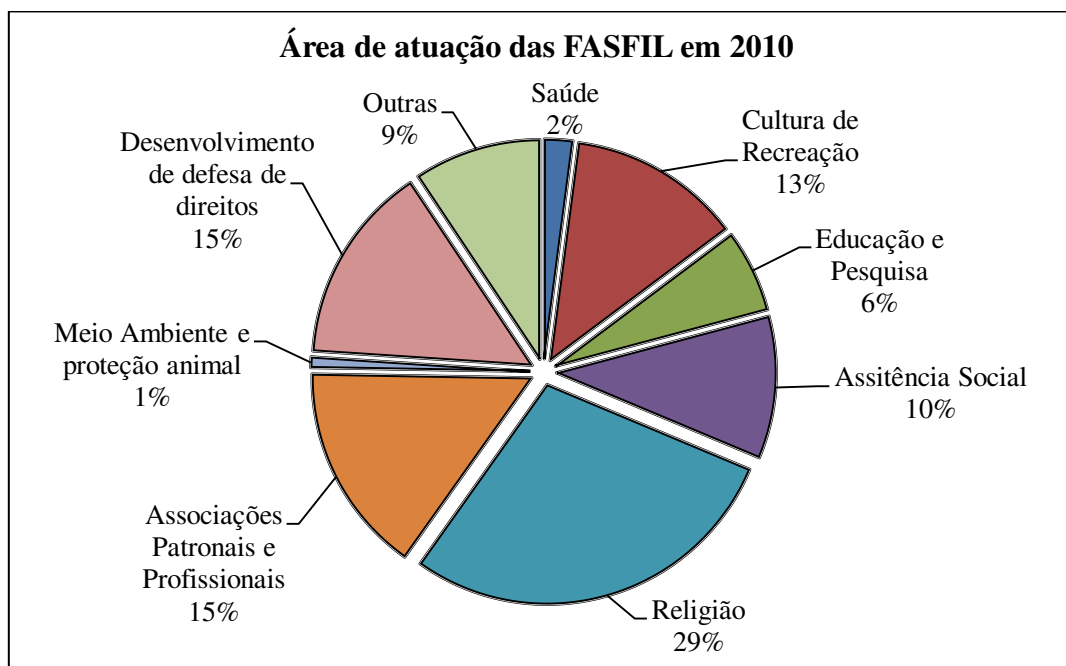
**Tabela 3:** Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de ano de fundação no Brasil.

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
<b>Total</b>	<b>290 692</b>	<b>100,0</b>	<b>2 128 007</b>	<b>100,0</b>
Até 1970	9 558	3,3	604 951	28,4
De 1971 a 1980	27 270	9,4	401 545	18,9
De 1981 a 1990	45 132	15,5	306 441	14,4
De 1991 a 2000	90 079	31,0	419 406	19,7
De 2001 a 2005	58 388	20,1	218 690	10,3
2006	11 869	4,1	36 575	1,7
2007	11 551	4,0	33 987	1,6
2008	11 464	3,9	53 840	2,5
2009	13 726	4,7	34 579	1,6
2010	11 655	4,0	17 993	0,8

Fonte: IBGE *et al.* (2012, grifo nosso).

A Figura 5 apresenta as áreas de atuação das FASFIL. Destacam-se dois grupos de entidades: as voltadas à defesa de direitos e interesses dos cidadãos (15%) e as religiosas (29%). No primeiro caso, estão incluídos os seguintes subgrupos: associações de moradores, centros e associações comunitárias, desenvolvimento rural, emprego e treinamento, defesa de direitos de grupos e minorias, outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, associações empresariais e patronais, associações profissionais e associações de produtores rurais.

**Figura 5:** Distribuição das FASFIL segunda área de atuação, em 2010.



Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

Interessante observar que as entidades de assistência social, que são instituições que atendem aos grupos mais vulneráveis da população, como crianças e idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei, pessoas com deficiência, entre outros, representam apenas 10% do total das FASFIL. As entidades que possuem a finalidade desenvolver ações de educação e pesquisa e saúde representam apenas 8% das FASFIL. Por último, chama atenção a participação reduzida das entidades de meio ambiente e proteção animal, que representam 1% do total das FASFIL.

O estudo traz importantes considerações sobre a empregabilidade que este setor gera. De acordo com a Tabela 4 o terceiro setor no ano de 2010 empregou um contingente de 2,1 nas 290,7 mil FASFIL.

**Tabela 4:** Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2010.

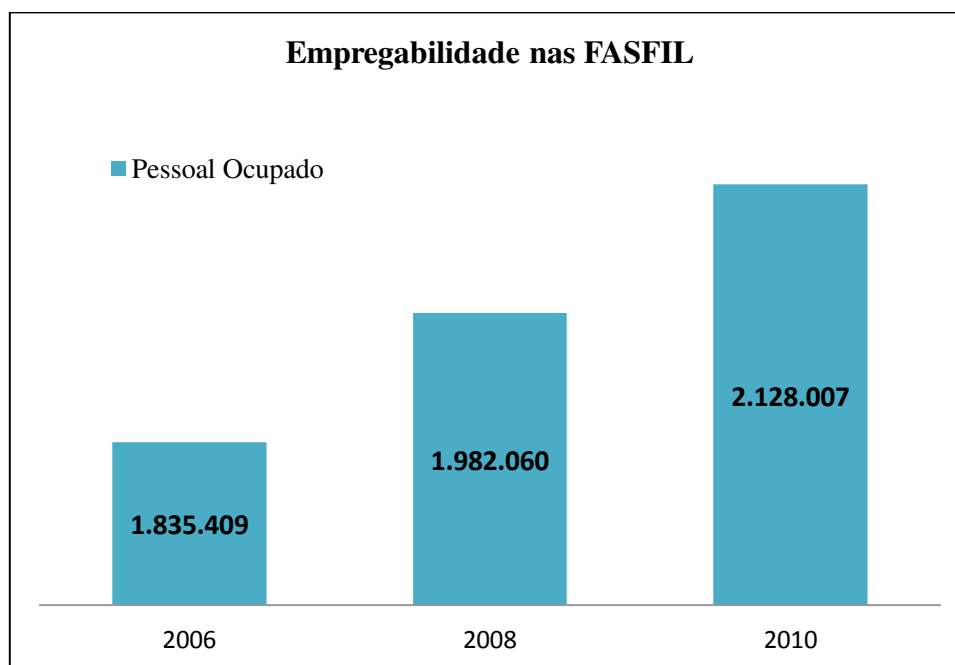
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal Ocupado Assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
<b>Brasil</b>	<b>290 692</b>	<b>100,0</b>	<b>2 128 007</b>	<b>100,0</b>
Norte	14 128	4,9	71 264	3,3
Nordeste	66 529	22,9	296 345	13,9
Sudeste	129 619	44,2	1 237 021	58,1
Minas Gerais	36 750	12,6	242 243	11,4
Espírito Santo	6 393	2,2	35 420	1,7
Rio de Janeiro	25 881	8,9	210 688	9,9
São Paulo	59 586	20,5	748 60	35,2
Sul	62 633	21,5	385 960	18,1
Centro-Oeste	18 783	6,5	137 417	6,5

Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

Observa-se que 58,1% do pessoal ocupado assalariado das FASFIL, o que equivale a 1,2 milhão de pessoas, estão em instituições localizadas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, que reúne sozinho, 748,6 mil desses trabalhadores (35,2%). Tal distribuição, entretanto, não acompanha a estrutura da ocupação no mercado de trabalho no Brasil, pois segundo dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, do total de pessoas ocupadas no país (44,1%) estão no Sudeste, ou seja, as FASFIL concentram nesses territórios proporções maiores que a do mercado de trabalho em geral.

A figura 6 apresenta o forte impacto das FASFIL na geração de emprego entre os anos de 2006 a 2010.

**Figura 6:** Número de Empregados da FASFIL em 2006, 2008 e 2010.



Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

Este número representa  $\frac{1}{4}$  (23%) do total dos empregados na administração pública no mesmo ano. De 2006 a 2010, merece destaque o aumento de 15,9% no número de ocupados assalariados, que foi superior ao aumento do número de entidades (8,8%). Nesse período, foram criados nas FASFIL 292,6 mil empregos.

Comparando esse resultado com o crescimento de 11,2% verificado no número de trabalhadores na administração pública, segundo as estatísticas do CEMPRE, o ritmo das FASFIL foi mais acelerado.

Conforme Tabela 5, os trabalhadores das FASFIL ganhavam, em média, o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais em 2010<sup>4</sup>. No total, a remuneração dos profissionais que trabalham formalmente nessas entidades envolveu recursos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, o que equivale a uma média mensal de R\$ 1 667,05. Para uma melhor visualização do montante de renda gerado por este setor, é importante mencionar que, no mesmo ano, a remuneração média de todos os assalariados das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, cadastradas no

<sup>4</sup> O valor médio mensal do salário mínimo foi de R\$ 510,00 em 2010.

CEMPRE era de 3,2 salários mínimos mensais, correspondendo a R\$ 1 650,30. Assim, os salários médios nas FASFIL eram equiparados aos demais salários no país.

**Tabela 5:** Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil em 2010.

Classificação das Entidades sem fins lucrativos	Salários e Outras Remunerações (R\$ 1.000)	Salário Mensal	
		R\$ 1,00 corrente	Salário Mínimo (1)
<b>Total</b>	<b>46 233 127</b>	<b>1.667,05</b>	<b>3,3</b>
Habitação	10 915	1.553,58	3
Saúde	12 406 349	1.701,93	3,3
Cultura e Recreação	3 694 938	1.778,51	3,5
Educação e Pesquisa	15 060 913	2.026,61	4
Assistência Social	5 054 765	1.228,19	2,4
Religião	2 157 513	1.107,57	2,2
Associações Patronais e Profissionais	2 510 880	1.703,01	3,3
Meio Ambiente e Proteção Animal	219 851	1.561,68	3,1
Desenvolvimento e Defesa de Direitos	2 355 179	1.506,50	3

Fonte: Adaptado de IBGE *et al.* (2012).

Como o ritmo de expansão dos empregos formais nas FASFIL superou o de criação de entidades, elevou-se o número de pessoal ocupado assalariado por instituição. A média de 6,9 pessoas ocupadas por entidade em 2006 passou para 7,3 em 2010, fazendo com que no período de 2006 e 2010 houvesse uma elevação de 6,2%, em termos reais, na remuneração dos trabalhadores, e conforme Tabela 6 os salários médios mensais passaram de R\$ 1 569,53 para R\$1 667,05<sup>5</sup>. Esta elevação, no entanto, foi maior no período mais recente. De 2006 a 2008, os salários médios tiveram um ganho real de apenas 2,0%, mantendo a tendência do período anterior, e, nos anos seguintes, o ganho dobrou para 4,1%.

<sup>5</sup> Os salários de 2006 e 2008 foram deflacionados para o ano de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

**Tabela 6:** Evolução do salário médio mensal e variação percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo o grupo da classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2006/2010.

Grupo da classificação das entidades sem fins lucrativos	Evolução				
	Salário médio mensal (R\$)			Variação percentual (%)	
	2006	2008	2010	2006/2010	2008/2010
<b>Total</b>	<b>1 569,53</b>	<b>1 601,22</b>	<b>1 667,05</b>	<b>6,2</b>	<b>4,1</b>
Habitação	733,21	1 283,52	1 553,63	111,9	21,0
Saúde	1 478,86	1 544,77	1 701,93	15,1	10,2
Cultura e recreação	1 620,79	1 697,63	1 778,51	9,7	4,8
Educação e pesquisa	2 065,44	2 022,20	2 026,61	(-) 1,9	0,2
Assistência social	1 139,44	1 227,35	1 228,19	7,8	0,1
Religião	1 030,26	1 078,09	1 107,57	7,5	2,7
Associações patronais e profissionais	1 458,22	1 605,18	1 703,01	16,8	6,1
Meio ambiente e proteção animal	1 557,07	1 620,44	1 561,69	0,3	(-) 3,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 349,35	1 287,92	1 506,50	11,6	17,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 462,16	1 558,04	1 638,42	12,1	5,2

Fonte: IBGE *et al.* (2012).

Observando-se essa elevação recente nas remunerações e no número de pessoas ocupadas nas FASFIL, em paralelo à redução do ritmo de expansão das entidades, pode-se aferir que mudanças importantes estão ocorrendo na dinâmica de fortalecimento do setor.

### 3.3. As entidades que compõem o terceiro setor

Para Rodrigues (1998, p.33), o terceiro setor, até meados dos anos 90, estava longe de ser visto como agente social de desenvolvimento em colaboração de parceria formal com o setor público. Este setor tinha um papel marginal para sociedade e era visto como forma de assistencialismo e caridade, associada, sobretudo à religião, ou como forma de movimento político, associado à ONGs, ou, ainda, de defesa de interesses corporativos, relacionado a sindicatos e associações.

Em aspectos legais, a legislação brasileira não fazia distinção entre as diferentes organizações genericamente incluídas no terceiro setor. Todas estavam abrigadas sob o mesmo estatuto jurídico, mas podendo assumir diferentes formatos legais. Este fato gerava uma série de



distorções e barreiras ao crescimento das instituições que efetivamente tinham finalidade e ação pública sem fins lucrativos (BNDS, 2001).

Embora o terceiro setor seja formado por organizações distintas, o que define se uma entidade pertence ou não terceiro setor são as características comuns que tais entidades apresentam. Segundo o CFC (*apud* Bento, p. 29, 2010), as organizações do terceiro setor apresentam as seguintes características:

- (a) Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- (b) Manutenção de finalidades não-lucrativas;
- (c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais;
- (d) Atividades financiadas por subvenções do primeiro setor e doações do segundo setor e de particulares;
- (e) Aplicação do resultado das atividades econômicas que, por ventura, exerçam nos fins sócias a que se destina;
- (f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Ioschpe (1997) considera as seguintes características:

- (a) Não têm fins lucrativos, sendo organizações voluntárias;
- (b) São formadas, total ou parcialmente, por cidadãos organizados voluntariamente;
- (c) O corpo técnico normalmente é constituído por cidadãos ligados à organização por razões filosóficas;
- (d) São orientadas para a ação;
- (e) Comumente são intermediárias entre o cidadão comum e entidades que podem participar da solução de problemas identificados.

Ou seja, o terceiro setor é formado por entidades distintas, mas com características similares, e essas diversas entidades se diferenciam por seus aspectos conceituais e legais. Em termos legais, Mañas e Medeiros (2012) definem o setor como sendo o conjunto de todas as pessoas jurídicas de direito privado, de administração própria, que não visam à obtenção de lucro e não o distribuem entre os seus associados ou membros, atendendo, voluntariamente, a um determinado grupo ou à sociedade em geral, proporcionando-lhes o bem-estar social sem fugir dos seus objetivos estatutários. Essas entidades podem ser classificadas de acordo com a sua certificação fornecida pelo Governo e expedida pelo Ministério da Justiça da seguinte forma:

- (a) **Entidades de Utilidade Pública** - pessoas jurídicas reconhecidas com o título de utilidade pública, que desenvolvem suas atividades no intuito de realizar os interesses da coletividade, podem pleitear esse título todas as associações, fundações e sociedades civis.
- (b) **Organizações Sociais (OS)** - entidades de fins não-lucrativos, que se dedicam à atividade de ensino, pesquisa científica, e, ao desenvolvimento tecnológico, à preservação e proteção do meio ambiente, à cultura e à saúde, podem se classificar como tal as associações e as fundações.
- (c) **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)** - organizações sem fins lucrativos, providos do Título de Interesse Público expedido pela Secretaria Nacional

de Justiça do Ministério da Justiça, cujo objetivo social atenda as finalidades dispostas nos incisos do artigo 3º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. (MAÑAS e MEDEIROS, 2010, p. 8, grifo nosso).

Em termos conceituais, a expressão terceiro setor abriga uma variedade de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, tais como entidades filantrópicas, igrejas, associações, fundações etc. E como já mencionado, essas organizações surgiram em resposta a uma ineficiência do Estado em relação à sociedade, com o papel promover o desenvolvimento social. O quadro 1 expõe algumas entidades que são protagonistas do terceiro setor no Brasil:

**Quadro 1:** Principais Entidades do Terceiro Setor no Brasil.

	Categoria	Principais Características
Associações	Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade	São organizações voltadas para seus clientes na promoção de assistência social (abrigos, orfanatos, centros para indigentes, distribuição de roupa e comida etc.) e de serviços sociais nas áreas de saúde e educação (colégios religiosos, universidades e hospitais religiosos).
	Organizações Não-Governamentais (ONGs)	São organizações comprometidas com a sociedade civil, movimentos sociais e transformação social. As ONGs se diferenciam das organizações filantrópicas por não exercerem qualquer tipo de prática de caridade, o que seria contrário à sua ideia de construção de autonomia, igualdade e participação dos grupos populares.
Fundações	Fundações privadas	É uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A criação de uma fundação se dá, segundo o Código Civil Brasileiro, pelo instituidor, que, através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado.

Fonte: Adaptado de Landim (1997)

Existe um grande desafio deste setor em sanar as muitas lacunas encontradas na comunidade, e muitas instituições enfrentam problemas estruturais que resultam na oferta de um serviço deficitário. Mañas e Medeiros (2012, p.15) explicam que o surgimento do terceiro setor no Brasil e no mundo tem representado um grande desafio diante das várias ações que esse segmento tem procurado apresentar em prol das comunidades desprovidas de meios de sobrevivência,

fazendo a parte que o setor público e as empresas privadas e a própria sociedade não conseguem realizar.

Apesar de todas as deficiências e fragilidades que o terceiro setor vem tentando superar no decorrer dos anos, ele se mostra ser a forma mais autêntica de manifestação de cidadania e participação social, além de ser atualmente uma importante forma de participação econômica para o país. Estamos falando de um setor que contribuiu com mais de 34,2 bilhões de reais para o PIB do Brasil e incluindo a força de trabalho voluntária contribui a aproximadamente 2,3% do valor agregado da economia do país. Um setor com crescimento de 8,8% no número de instituições, totalizando 290,7 mil entidades e com uma elevação de 15,9% no número de ocupados assalariados, gerando cerca de 290 mil novos empregos.

Devido sua grande importância para a sociedade, este setor merece ser acompanhado, igualmente conhecido e analisado, e acima de tudo, melhor incentivado como forma de melhoramento das condições sociais, econômicas e ambientais, trazendo a todos nós um futuro melhor.

#### 4. FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS

O capítulo anterior expos a importância do Terceiro Setor para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, destacando-o como setor fundamental no apoio as lacunas deixadas pelo Estado e Mercado. Setubal e Ligabue (2010) apontam que desenvolvimento é um processo de construção coletiva e que a comunidade é o grande agente transformador.

Desenvolvimento é um tema tão amplo e complexo que temos a tendência de tentar qualificá-lo para poder compreendê-lo. Desenvolvimento local, desenvolvimento de base, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento sustentável expressam conceitos que demonstram o quanto o desenvolvimento em si não segue um único e definitivo modelo, não é um projeto pré-formatado que se “implante” em algum território, mas antes um **processo de construção coletiva, tendo a comunidade como seu grande agente transformador**. O que ele significa para a comunidade de um pequeno município, para uma comunidade resiliente, por exemplo, pode ser diferente do que signifique para uma comunidade da periferia de uma metrópole (SETUBAL; LIGABUE, 2010, p.9, grifo nosso).

A partir desse ponto de vista, é importante o questionamento sobre o que caracteriza uma “comunidade”. Silva e Schommer (2009, p.2) utilizam o termo comunidade em referência a um recorte territorial que pode abranger um ou alguns bairros, um município ou uma região integrada por vários municípios.

De acordo com o Dicionário do Pensamento Social (*apud* SILVA; SCHOMMER, 2009, p.2) comunidade pode se referir a uma área geográfica limitada, na qual as pessoas interagem mediadas por instituições comuns e pelo senso de interdependência, descrevendo unidades sociais que vão desde uma aldeia e vizinhanças locais, até nações e organizações internacionais.

O significado de comunidade não denota um lugar ou espaço definido por fronteiras, mas sim o compartilhar de certos recursos (na origem indo-europeia, as raízes *kom* (todos) + *moin* (troca, intercâmbio) = *compartilhado por todos*; no latim, *communis* como fonte de certo recurso usado por muitos, como a água; sentido este adaptado pelos franceses em *communier* como “tornar disponível para qualquer um” (SENGE *et al.*, 2000).

Na prática, a comunidade tem uma dinâmica incapaz de caber em qualquer manual, pois é diversa, multifacetada, tem diferentes necessidades, expectativas, potencialidades e valores, em diferentes territórios e em diferentes conjunturas. Não há como simplesmente replicar ou adotar

um mesmo modelo em territórios com características tão díspares. As relações sociais se processam de formas diferentes, assim como são diferentes as necessidades e os processos econômicos (SETUBAL; LIGABUE, 2010 p.9).

Como mencionado no início desta pesquisa, Cattani (2003, p.10) apontou que algumas das mazelas do sistema capitalista eram decorrentes da intensificação da acumulação de capital que resultava na alienação da criatividade humana, fazendo com que houvesse uma agravação da desigualdade, onde alguns poucos bilionários detinham bens e poderes superiores ao de dezenas e dezenas de nações.

É nesse contexto que nas últimas décadas, o conceito de fundações comunitárias se difundiu ao redor do globo, pois a **fundação comunitária é uma das formas de filantropia organizada que mais cresce no mundo, pois a ideia dessas fundações é o de promover a filantropia sustentável e de base comunitária para resolver necessidades e problemas locais** (WALKENHORST, 2012, p.27, grifo nosso).

O termo “filantropia”, nesta pesquisa, se distancia das noções como “caridade” e “benemerência” que desde o século XVIII estava intimamente ligada a essa prática no Brasil. Assim, a filantropia, bem como seus derivados, expressam o uso voluntário e planejado de recursos privados para iniciativas de interesse público, da parte dos indivíduos, empresas ou famílias, se aproximando do sentido de “investimento social privado” que segundo Nogueira e Schommer (apud Silva, 2011), no Brasil, foi usado a partir dos anos 1990 para designar iniciativas, principalmente do setor empresarial, em prol de projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. A mesma consideração se faz aos termos “doador” e “investidor social” que aqui se referem a uma pessoa física ou jurídica de direito privado, que faz uma contribuição de recursos próprios para uma iniciativa de interesse público (SILVA, 2011, p.7).

#### 4.1. O que é uma Fundação Comunitária?

Para Silva (2011) As fundações comunitárias são organizações sem fins lucrativos com o objetivo inicial de administrar a aplicação de recursos filantrópicos deixados por indivíduos no desenvolvimento de suas comunidades.

O conceito atual das fundações comunitárias é de uma organização que, além de administrar recursos filantrópicos e oferecer apoio a doadores, busca melhorar a qualidade de vida da população de uma determinada área geográfica ao longo do tempo, atuando por meio da articulação e mobilização dos atores sociais, compreendidos como indivíduos e organizações cuja a atuação provoca impacto relevante no que se refere a qualidade de vida em sociedade, e de recursos técnicos e financeiros (SILVA, 2011, p.11).

A Worldwide Initiative for Grantmaker Support (2005) que é uma rede global de associações e organizações de suporte as fundações comunitárias desenvolveu algumas características e funções definindo que fundações comunitárias são organizações filantrópicas que:

- (a) Buscam melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas em uma área geográfica definida;
- (b) São independentes do controle e influencia de outras organizações, governos e doadores;
- (c) São governadas por um conselho de cidadãos que reflete amplamente a comunidade que servem;
- (d) Fazem doações para outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, para que necessidades em constante mudança e variadas possam ser enfrentadas;
- (e) Procuram construir uma fonte de recursos permanente para a comunidade, geralmente por meio da criação de *endowments* de diferentes fontes doadoras, que incluem cidadãos locais, empresas, governos e outras fundações e organizações sem fins lucrativos;
- (f) Fornecem serviços para doadores para ajudá-los a atingir suas metas filantrópicas;
- (g) Envolvem-se em inúmeras atividades de liderança comunitária e parceria, servindo como catalisadora, mediadoras, facilitadoras, e colaboradoras para resolver problemas e construir soluções para questões importantes da sociedade;
- (h) Tem políticas e praticas abertas e transparentes que dizem respeito a todos os aspectos de suas operações; e
- (i) São transparentes e prestam contas à comunidade, informando publicamente sobre seus propósitos, atividades e status financeiros de forma regular e periódica (WINGS, 2005).

As funções e características listadas acima distinguem uma fundação comunitária de todos os outros tipos de fundações e organizações sem fins lucrativos. É importante ainda notar que não existem duas fundações comunitárias exatamente iguais. Enquanto algumas possuem grande parte destas características, outras dão maior ênfase a uma característica do que a outra (HERO; WALKENHORST, 2012).

De acordo com Dellagnelo (2010) uma fundação comunitária é uma organização sem fins lucrativos, que atua em uma área geográfica definida, possui um conselho representativo da comunidade, oferece apoio técnico e financeiro a ONGs locais e busca formar um fundo permanente de recursos para comunidade. A autora ainda afirma que nessa definição estão incluídos alguns pontos importantes:

A fundação comunitária tem uma base territorial e fortalece a rede social local ao repassar recursos para outras organizações desse território. Portanto, não é executora de projetos, mas apoiadora de outras organizações que atuam na comunidade. **Ela forma fundos comunitários e específicos e, gradativamente, constitui um fundo permanente para criar uma reserva de recursos em prol da comunidade** (DELLAGNELO, 2010, p.75, grifo nosso).

Para melhor entendimento do conceito de fundação comunitária, a figura 7 detalha de forma simplificada as características do conceito destas..

**Figura 7:** Características Fundações Comunitárias.



Fonte: Walknhorst (2012, p.29).

A ideia de uma fundação com foco em necessidades locais e regionais, capaz de criar fundos patrimoniais com a colaboração de diversos doadores, já se provou capaz de se adequar a diferentes contextos culturais, sociais e legais. A flexibilidade e a capacidade de se reinventar são provavelmente as maiores virtudes do conceito de fundação comunitária (HERO; WALKENHORST, 2012).

Dellagnelo (2010, p.76) aponta que as fundações comunitárias são tipos de organizações particularmente propícias para fomentar a articulação de atores em prol do desenvolvimento local. Por isso, fundação comunitária, na realidade, é um conceito e não um modelo. Em cada país, elas

adquiriram características diferentes. Feurt e Sacks (2001, p.17) complementam explicando que a adaptabilidade do conceito fez com que fosse possível para comunidades em todo o mundo moldá-la de maneira a responder suas particulares necessidades e circunstâncias.

#### 4.2. Elementos Históricos das Fundações Comunitárias

No histórico das fundações comunitárias, pode-se observar que muitas delas não foram especificamente criadas para serem promotoras do desenvolvimento local das comunidades. Nos Estados Unidos, onde tudo começou, durante muito tempo, grande parte das fundações comunitárias tiveram como foco oferecer serviços a doadores e conceder apoio financeiro a outras organizações da comunidade (DELLAGNELO, 2010, p. 75).

Dentre algumas versões acerca do surgimento das Fundações Comunitárias, a mais difundida é de que Frederick Goff, um banqueiro de Cleveland, nos Estados Unidos, recebia em seu banco muitos fundos patrimoniais de herança. Eles vinham de pessoas que morriam e deixavam recursos, com regras muito rígidas sobre como aquele dinheiro deveria ser aplicado na comunidade. Como o banco não tinha poder para mudar a finalidade social dos fundos, algumas vezes o objetivo social a que se destinavam, depois de alguns anos, não era mais relevante para a comunidade. Desse modo, apesar de necessário, seria uma quebra de contrato por parte do banco aplicar os recursos em uma outra causa ou problema social. Por isso, Frederick Goff propôs a criação de fundos, em nome do instituidor, com uma cláusula que previa que, se o doador não designasse alguém para cuidar dos recursos após sua morte, seria possível formar um conselho comunitário, capaz de identificar as principais necessidades locais para aplicar o dinheiro, e a gestão financeira continuaria com o banco (DELLAGNELO, 2010, p. 78).

Nascia assim, em 1914, a Cleveland Foundation<sup>6</sup>, a primeira fundação comunitária da história. Desde a criação da primeira fundação comunitária, muitos aspectos de sua estrutura e atividades evoluíram. Mas a premissa subjacente a todas as fundações comunitárias criadas desde então é que **as demandas e as necessidades de uma comunidade mudam e, portanto, os recursos disponíveis para o investimento social devem ser flexíveis e seu foco determinado**

---

<sup>6</sup> É a primeira e uma das maiores fundações comunitária dos Estados Unidos. Intitula-se a terceira maior em ativos, com US\$ 1,8 bilhão. Faz investimentos na comunidade provenientes de cerca de 1.300 fundos diferentes. Maiores informações em: <[www.clevelandfoundation.org](http://www.clevelandfoundation.org)>.



**por pessoas dessa comunidade.** A ideia central continua sendo a soma de esforços e recursos financeiros em torno de ações que possam promover o desenvolvimento comunitário (DELLAGNELO, 2010, p. 78, grifo nosso).

Durante a “Grande Depressão” nos anos 1930, quando os recursos eram escassos e o sistema bancário estava em crise, as fundações comunitárias enfrentaram um período de declínio. A crise econômica também reduziu a confiança dos bancos. Como consequência, quando o movimento ressurgiu após a II Guerra Mundial, a maioria das fundações comunitárias estava estabelecida sob forma de fundações tradicionais, caracterizada por conselhos diretores que tinham autoridade para fazer suas próprias decisões de investimento, e não na forma de fundos fiduciários, tão comum nos bancos. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, as fundações comunitárias começaram a crescer em número e patrimônio, embora tenham aumentado a uma taxa mais lenta do que as fundações tradicionais (WALKENHORST, 2012, p.33).

Em 1969 foi instituída nos Estados Unidos uma lei, o *Tax Reform Act*, que fez com que as fundações comunitárias recebessem o status privilegiado de *public charity* o que lhe davam vantagens consideráveis sobre as fundações privadas, sobretudo uma maior dedutibilidade fiscal de doações, isenção de alguns impostos e uma fiscalização governamental mais branda. Além disso, o “teste de apoio popular”, criado pela lei na mesma época, exigia que as fundações comunitárias provassem que recebiam pelo menos um terço de seus recursos financeiros do público em geral, e produziu o efeito colateral de estimular a ênfase no desenvolvimento da base de doadores, prática amplamente difundida nos dias atuais (WALKENHORST, 2012, p.33).

As primeiras fundações comunitárias fora da América do Norte foram criadas entre 1976 e 1980 no Reino Unido. A situação política do país durante esses anos assemelhava-se a dos Estados Unidos em muitos aspectos. O governo central do Reino Unido, com uma política deliberada, reduziu ativamente os poderes e o financiamento dos governos locais, que costumavam ser a principal fonte de recursos para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Essas organizações enfrentavam dificuldades crescentes para obter recursos das agências dos governos locais e, portanto, começaram a procurar novas maneiras de angariar e conservar recursos (WALKENHORST, 2012, p.33).

No decorrer do século passado, o modelo surgido em Cleveland espalhou-se pelos EUA e modificou-se de acordo com a realidade de cada época e local. As fundações comunitárias passaram de organizações criadas para gerenciar doações feitas por testamento para organizações que oferecem serviços a doadores que, em vida, possuem recursos e interesses filantrópicos, mas não o desejo de criar fundações familiares ou privadas. Assim, as fundações comunitárias – consideradas como fundações públicas de acordo com a legislação dos EUA – passaram a oferecer a possibilidade da criação de fundos nominais, nos quais o doador tem a opção de sugerir a destinação dos recursos a serem doados, garantindo ao doador a perpetuidade de seu nome e intenção social, além de benefícios fiscais, já que o governo americano concede maiores possibilidades de dedução a doações feitas para fundações públicas do que para fundações familiares ou privadas (CPCS- CUNY; HAMMACK; IRS *apud* SILVA; SCHOMMER, 2009, p.5).

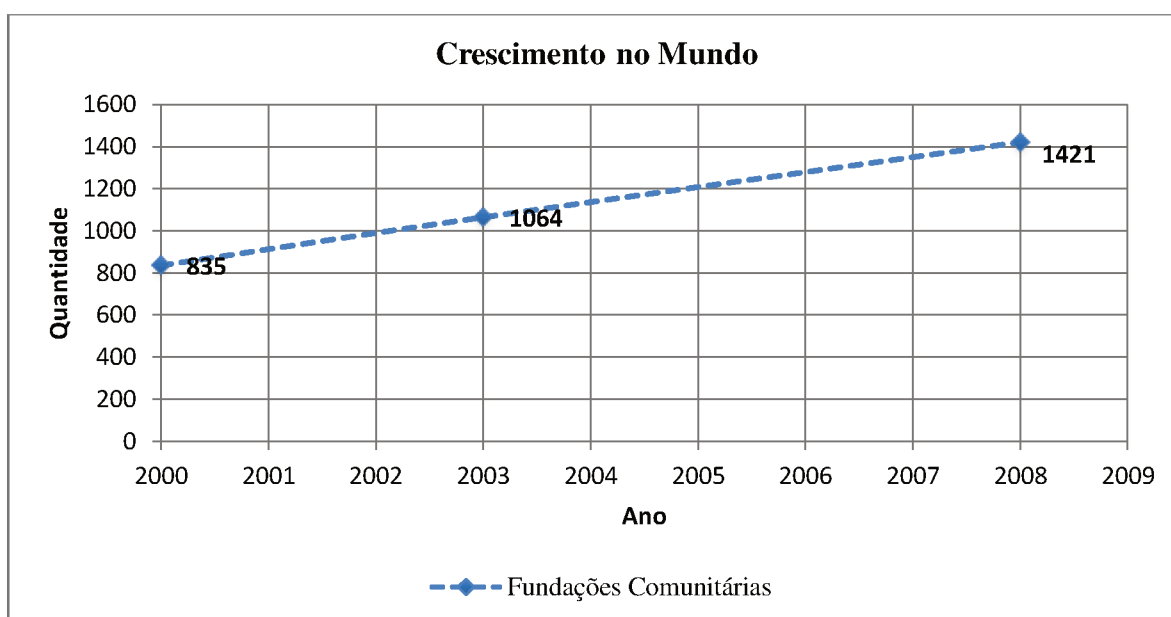
Nos anos após o fim da Guerra Fria, testemunhou-se uma dramática ascensão da sociedade civil e de organizações sem fins lucrativos, não só do Centro e Leste Europeu e países da antiga União Soviética, mas também na América do Norte, Europa Ocidental, Austrália, Ásia, África e América Latina. Essa onda maciça de atividade privada voluntária organizada, em literalmente, todos os cantos do mundo, foi descrita como “revolução associativa”. A ascensão do terceiro setor foi estimulada por um crescimento econômico considerável e pela expansão de uma instruída classe média urbana em muitas parte do mundo, cuja liderança foi fundamental para o surgimento de organizações privadas e voluntárias que operam fora dos limites do mercado e do estado (Salamon *apud* WALKENHOST, 2012, p.36-37).

Pode-se considerar que essa expansão do terceiro setor, em quase todos os países nas últimas décadas, impulsionou a expansão das fundações comunitárias. As fundações comunitárias se constituíam como organizações interessantes para mobilizar e articular recursos públicos e privados em prol do desenvolvimento de comunidades. Elas estavam inseridas na comunidade e, portanto, sabiam identificar e responder de forma eficaz e rápida as demanda que surgiam, além de não dependerem de um grande e rico instituidor, pois somavam recursos de uma ampla gama de doadores e se preocupavam com sustentabilidade em longo prazo. Devido a todas essas características, o conceito de fundação comunitária começou a atrair a atenção de diversos líderes do Terceiro Setor, gerando o que se chama de *cross-fertilization*, ou seja, a fertilização do conceito

entre líderes que se encontram e começam a discutir uma ideia e sua aplicabilidade em seus contextos locais (DELLAGNELO, 2010, p. 78).

De acordo com o relatório apresentado por Hodgson e Knight (2010) as fundações comunitárias tem tido um enorme crescimento ao redor do mundo. A análise de tendência mostra que o crescimento é constante e que, na média, 70 novas fundações comunitárias são formadas a cada ano. Pode se observar, na figura 8, o crescimento das fundações comunitárias no mundo entre 2000 e 2008.

**Figura 8:** Crescimento das Fundações Comunitárias no Mundo.



Fonte: Adaptado de Hodgson; Knight (2010, p.3).

Esse crescimento constante de fundações comunitárias ao redor do mundo é muito importante para a economia mundial, visto que o movimento das fundações comunitárias tem uma importante contribuição na captação e circulação de recursos financeiros. Um levantamento publicado pelo *Foundation Center*, organização que acompanha o desenvolvimento das fundações nos Estados Unidos, mostra que, no decorrer das últimas décadas, as fundações comunitárias se desenvolveram aceleradamente naquele país. Os patrimônios administrados pelas fundações comunitárias americanas eram crescente, em 1996 de US\$ 15,9 bilhões para US\$ 49,6 bilhões em 2010. Entre 2003 e 2007, alcançaram um crescimento anual acima de 10% de seu patrimônio,

sendo esse crescimento superior ao obtido por outros tipos de fundação, além terem realizado doações que somaram mais de US\$ 4 bilhões entre 2006 e 2010 (SILVA, 2011, p.12).

No Brasil, as fundações comunitárias estão em estágio ainda inicial de desenvolvimento e esse processo se revela oportuno para aprender com experiências internacionais, refletir sobre seu potencial e sobre o contexto local, elaborando-se formas mais adequadas para atender às necessidades de comunidades específicas, ao mesmo tempo em que se estimula o investimento social estratégico no país (SILVA; SCHOMMER, p.186).

Existem atualmente no Brasil três organizações que se autodenominam fundações comunitárias. O **Instituto Rio**<sup>7</sup>, no ano de 1990 no Rio de Janeiro, foi a primeira organização que se reconheceu como fundação comunitária no país, alinhando-se a um movimento mundial de expansão de um modo específico de realizar investimento social. No ano de 2005, nasceu o **Instituto Comunitário da Grande Florianópolis- ICOM**<sup>8</sup> em Florianópolis, Santa Catarina, e no ano de 2009 fundou-se o **Instituto Baixada Maranhense**<sup>9</sup> localizado na baixada maranhense que é uma região que fica entre duas capitais, São Luiz (MA) e Belém (PA). De acordo com Silva e Schommer (2009, p.170) embora estejam inspiradas no conceito que traz o nome “fundação”, essas organizações brasileiras são estruturadas juridicamente como associações, principalmente pelo fato de não contarem com um patrimônio inicial que as permita serem estabelecidas como fundação, de acordo com as determinações do Código Civil Brasileiro.

Em aspectos socioeconômicos, o Instituto Rio, pioneiro do conceito de fundações comunitárias no Brasil tem um enorme destaque, com um patrimônio de mais de R\$ 3 milhões, apoiando em torno de 119 iniciativas sociais, doando recursos em torno de R\$ 150 mil reais e contribuindo para vida de mais de 20 mil pessoas. Silva e Schommer (2009) detalham essa evolução:

Em sua fase inicial, o Instituto Rio recebeu suporte financeiro de fundações internacionais, especialmente da Fundação Interamericana (**US\$ 168.200, em 2002, e US\$ 115.816, em 2006**, entre recursos para treinamento, assistência técnica, pagamento de pessoal, custos administrativos, publicações e para repassar como doação a outras ONGs)[...] Em 2005, o Instituto Rio **recebeu doação de R\$ 1,5 milhão** de um de seus conselheiros, o que representou um importante marco na história da organização. Esse

<sup>7</sup> Para maiores informações: <[www.institutorio.org.br](http://www.institutorio.org.br)>.

<sup>8</sup> <[www.icomfloripa.org.br](http://www.icomfloripa.org.br)>.

<sup>9</sup> <[www.institutobaixada.org](http://www.institutobaixada.org)>.

investidor era um empreendedor envolvido nas suas atividades e compreendeu que o estabelecimento de um fundo permanente era crucial para a independência do Instituto, de modo a garantir recursos que pudessem ser investidos na comunidade, assim como inspirar outros potenciais investidores sociais a fazer sua contribuição. O fundo permanente paga 5% dos recursos gerados pelo gerenciamento do patrimônio como taxa de administração ao Instituto Rio, cobrindo assim os custos administrativos do Instituto. A existência do fundo permanente tem permitido à organização aumentar substancialmente as doações que faz às ONGs da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Antes dele, o Instituto Rio **doava uma média de R\$ 33 mil (R\$ 21.189,00, em 2003; R\$ 34.120,00, em 2004; e R\$ 44.844,00, em 2005). Em 2006, o valor doado para as ONGs aumentou para R\$ 144.750,00**, incrementado com contribuições de outros doadores. Atualmente, o patrimônio do Instituto Rio conta com mais de **R\$ 3 milhões**. A organização tem apoiado financeiramente **119 iniciativas sociais de diversas ONGs na Zona Oeste do Rio de Janeiro, alcançando cerca de 20 mil pessoas** (SILVA; SCHOMMER, p.171, grifo nosso).

A história das fundações comunitárias mostra como uma solução encontrada inicialmente para satisfazer um problema essencialmente de instituições bancárias acabou por se tornar um importante instrumento de apoio ao investimento social e ao desenvolvimento comunitário.

#### 4.3. *Endowments* e a Sustentabilidade Financeira das Fundações Comunitárias

Uma das grandes inovações encontradas no conceito das Fundações Comunitárias é a forma com que as instituições deste movimento arrecadam e gerem seus recursos financeiros. Este é o fator principal que as diferenciam das diversas outras entidades que fazem parte do setor sem fins lucrativos.

Tachizawa (2002) aponta que as principais fontes de recursos das organizações do terceiro setor consistem em: órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, empresas, fundações, agências internacionais de cooperação, agências multilaterais e bilaterais, institutos empresariais, contribuições associativas, doações individuais e comercialização de produtos e serviços.

Grande parte das arrecadações de recursos financeiros das organizações do terceiro setor é dada por meio de parcerias e convênios, todavia Montañó (2002) explica que, a partir do momento que organizações estabelecem integrações junto aos governos, como parcerias e contratos, tais características passam a integrar tendencialmente a política do governo, e desta forma, a sobrevivência da entidade, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades ficam condicionadas a política governamental.

Para Drucker (1997, p. 41) estas organizações não podem se tornar prisioneira da captação de recursos, pois esse processo deve ser uma atividade de meio ao invés de fim. Uma organização subordinando sua missão a atividade de captar recursos, terá sérios problemas de crise de identidade. Bailey (2000, p.102) ainda menciona as mudanças culturais e organizacionais necessárias para o sucesso da captação de recursos podem fazer com que o terceiro setor perca qualidades tais como inovação, flexibilidade e ousadia.

Diferentemente das outras organizações do terceiro setor, a saúde financeira das fundações comunitárias e a regularidade de suas doações dependem da **constituição de *endowments*, cujos resultados de aplicação devem idealmente cobrir os custos operacionais da organização e ainda proporcionar recursos a serem doados de maneira discricionária na comunidade.** Além disso, os doadores remuneram o serviço das fundações comunitárias pelo gerenciamento dos recursos por eles depositados, através de taxas administrativas que podem ser estabelecidas como um percentual do total de recursos aplicados no fundo nominal do doador, ou um percentual de cada desembolso feito daquele fundo (SILVA; SCHOMMER, 2009, p.7, grifo nosso).

Os *endowments* são estruturas que recebem e administram bens e direitos, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal na perpetuidade, inclusive contra perdas inflacionárias, e gerar resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade (SOTTO-MAIOR, 2011, p.66).

Sotto-Maior (2011) detalha sobre a origem da palavra *endowments*:

A tradução literal mais aceita para o termo *endowment* é "dotação", o que remonta ao significado original do termo em inglês. Na origem, "*to endow money*", significava vincular o dinheiro a uma causa, criando um *endowment*, ou uma "dotação patrimonial". A dotação patrimonial era um conjunto de ativos atrelado permanentemente ao custeio de um beneficiário. Por sua natureza perene, as dotações patrimoniais passaram a compor "fundos", que ficaram conhecidos como "*endowment funds*". Os "fundos de dotação" hoje são comumente chamados apenas de *endowments*, termo que, sozinho, passou a carregar o sentido completo daquilo que são atualmente. A tradução como "dotação patrimonial" é, na opinião do autor, insuficiente para carregar todo o significado do termo e, por isso, julgamos mais apropriado traduzir *endowment* como "Fundo Patrimonial" (SOTTO-MAIOR, 2011, p.68).

O autor ainda aponta que *endowments*, permitem às entidades filantrópicas e educacionais edificar uma base financeira sólida, capaz de sustentar ou complementar suas atividades com

recursos gerados a partir de seu próprio patrimônio. Esses fundos patrimoniais<sup>10</sup> tornam estas organizações menos dependentes de novas doações e patrocínios, trazendo uma maior estabilidade financeira e assegurando sua viabilidade operacional, permitindo-as que se organizem e atinjam proporções que antes estavam fora de seu alcance.

Há uma confusão conceitual comum entre as expressões *endowments* e fundos de investimento. É importante ter claro que, embora, existam estreitas semelhanças entre elas, cada uma delas carrega significado próprio. Sotto-Maior (2011) explica essa diferença:

Os Fundos de investimento são instrumentos jurídicos por meio do qual diversos investidores se reúnem para aplicar recursos, assumindo um determinado nível de risco, que é por eles considerado tolerável, e esperando obter um determinado retorno financeiro. No Brasil, os fundos de investimento são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que os define da seguinte maneira: "fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituída sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros". Os *endowments* também são uma comunhão de recursos, de uma ou de várias entidades, que são aplicados em ativos financeiros, mas as semelhanças com os fundos de investimento terminam por aí. **A grande diferença entre um fundo de investimento e um *endowment* reside na utilidade de cada estrutura. Os fundos de investimento, conforme mencionado acima, são instrumentos para investidores que buscam retorno financeiro. Já os *endowments* são instrumentos criados para perenizar a existência e a viabilidade financeira de uma instituição, atividade ou entidade de interesse coletivo.** O patrimônio de um *endowment* é atrelado à sua causa, ao seu propósito, e é desse vínculo que decorrem todas as suas outras características essenciais (SOTTO-MAIOR, 2011, p. 67-68, grifo nosso).

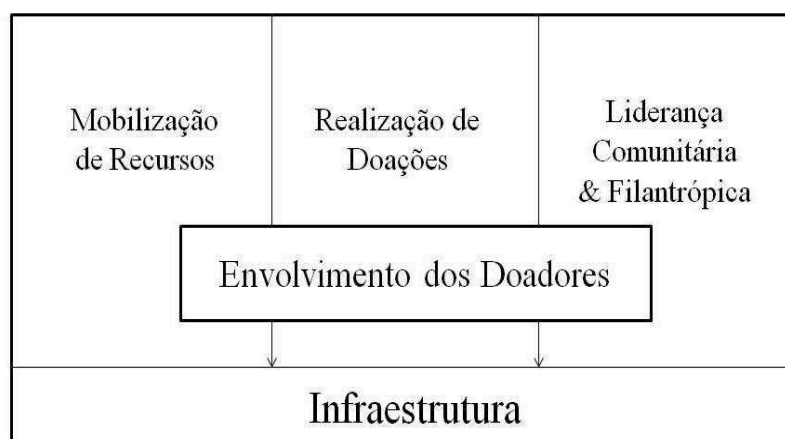
Um dos principais objetivos de uma fundação comunitária é a constituição de fundos permanentes, no longo prazo, através da contribuição de uma ampla gama de doadores. Todavia, as fundações comunitárias, não podem ser somente bancos que oferecem o serviço de poupança para caridade das pessoas com recursos financeiros, mas têm a obrigação de abordar questões importantes e lutar por causas menos populares e menos visíveis, pois existe uma compreensão de que dinheiro sozinho não é a coisa mais importante, e sim o valor que deriva do uso apropriado do dinheiro e o que ele torna possível. Os recursos financeiros de uma fundação comunitária são ingredientes essenciais para o cumprimento de sua missão, mas não são um fim e nem podem agir de forma isolada, ou seja, o dinheiro não é um fator determinante (MCLNNES, 2012, p.147-149).

A figura 9 apresenta os pilares tradicionais de uma fundação comunitária que são a mobilização de recursos, realizações de doações e a liderança que estão intimamente ligados e sustentados com o envolvimento dos doadores na causa.

---

<sup>10</sup> Nesta pesquisa as expressões “fundos patrimoniais” e “fundos permanentes” são sinônimas.

**Figura 9:** Pilares de uma Fundação Comunitária.



Fonte: McInnes (2012, p.149)

Desde a década de 1970, as fundações comunitárias têm prestado uma gama de serviços a doadores, porém fundações mais progressistas estão mudando o modelo de apenas prestar serviço, para o real envolvimento dos doadores. Isto significa uma colaboração e parceria com os doadores, os permitindo tomar decisões sobre suas doações para obter impacto e mudança na comunidade (MCLNNES, 2012, p.149).

Um doador pode estabelecer um fundo com qualquer objetivo filantrópico, geral ou particular, e a fundação proporciona os serviços administrativos para realizá-lo. Os fundos formados não precisam ser fundos patrimoniais ou *endowments*, onde o capital principal não é tocado e somente os dividendos de investimentos financeiros são destinados à doação, e o capital pode ser totalmente revertido em doações diretas a comunidade. **Por isso, muitas fundações comunitárias estão explorando a possibilidade de usar o capital que possuem em seus *endowments* para a melhoria da qualidade de vida na comunidade, e fazer investimentos financeiros que também possam convergir com sua missão, ou seja, geram dividendos a partir de investimentos em áreas ou oportunidades economicamente rentáveis e socialmente construtivas** (MCLNNES, 2012, p.153, grifo nosso).

Sustentabilidade é uma das razões mais importantes para a constituição de *endowments*, pois contribuirá para que as Fundações Comunitárias consigam cumprir sua missão. A principal fonte de recursos para *endowments* é aquela amplamente conhecida como, “doação planejada”,



que nos Estados Unidos é um tipo de contrato entre o doador e a organização beneficiária no qual o doador passa a propriedade de seu patrimônio para a organização, que se compromete a utilizar os dividendos do patrimônio de uma certa maneira acordada entre as partes, até a morte do doador e/ou outra pessoa ligada ao doador (MCLNNES, 2012, p.162).

A constituição de um fundo patrimonial pode ser um grande desafio em culturas onde este conceito é relativamente desconhecido. No Brasil, por exemplo, devido a vários acontecimentos políticos no decorrer da história e que impactaram nossa economia não se criou uma cultura de construir fundos patrimoniais. Para Szazi (2010) um dos aspectos foi o problema da inflação no país, que começou a comer a poupança, e as pessoas perderam a capacidade de poupar. Criou-se uma cultura de se gastar tudo conforme chegava. O assalariado ganhava seu salário, ia ao mercado no mesmo dia e comprava tudo porque, se ele guardasse por uma semana, o dinheiro perderia seu valor. Reputo que daí veio o hábito de gastar e de não guardar. Com a inflação, perdeu-se, digamos assim, a atitude de poupança. Felizmente, a partir de 1994, a estabilização econômica fez com que o brasileiro começasse a pensar diferente. O cenário econômico começou a sinalizar que era possível guardar dinheiro, mesmo que ainda embaixo do colchão, se as aplicações financeiras rendessem pouco. Essa recuperação da economia propiciou que a semente das fundações comunitárias começasse a germinar (SZAZI, 2010, p.100).

Além do mais, segundo Hodgson e Knight (2010) a noção de filantropia organizada como um espaço de ação pessoal é particularmente difícil em contextos com uma dependência histórica do Estado, pois apesar das pessoas estarem acostumadas a contribuir para eventos específicos como casamentos e funerais, ao serem convidadas a contribuir para o problema de crianças em situação de risco consideravam isto uma responsabilidade do Estado.

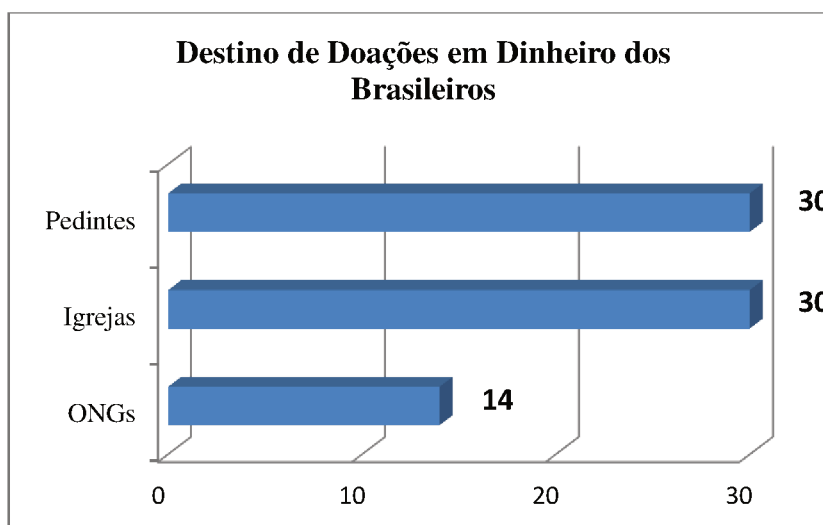
O *endowment* pode ser criado pela própria instituição, mas geralmente é formado a partir de uma ou de várias doações, realizadas por doadores preocupados com a perenidade da entidade beneficiada. É por meio do investimento social que muitas fundações comunitárias buscam construir seu fundo permanente, todavia, em um país onde a cultura de doação não é intrínseca na sociedade, as instituições tem um enorme desafio para criar e gerir seu patrimônio.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto para Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e Ipsos Public Affairs divulgada no ano de 2014, apresenta o retrato dos brasileiros em relação à doação. Em linhas gerais, esta pesquisa releva que:

- (a) Brasileiros não se sentem estimulados para doação e voluntariado;
- (b) Brasileiros doam mais para pedintes de rua e igrejas do que para organizações da sociedade civil;
- (c) 84 % da população desconhece que pode fazer doações utilizando parte do Imposto de Renda;
- (d) Crianças e idosos são grupos populacionais que mais sensibilizam a população para doações em dinheiro (IDIS, 2014).

A pesquisa ainda apresenta pontos relevantes sobre o perfil de doação no Brasil, e como mostra a figura 10 poucos brasileiros tiram a mão do bolso para realizarem doação em dinheiro, e quando o fazem, destinam para pedintes (30%), para igrejas (30%) e, em terceiro lugar, para organizações da sociedade civil (14%), pois a filantropia como sinônimo de “caridade” ainda é muito presente na cultura brasileira.

**Figura 10:** Destino das doações de brasileiros realizados em dinheiro.



Fonte: (IDIS, 2014)

Segundo Fabiani (2014) o aumento da renda média da população não parece estar refletida no percentual da população que doa, e um dos motivos que pode explicar essa tendência é a percepção do brasileiro de que o governo está preenchendo essa lacuna, com políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

A pesquisa ainda apresenta os motivos pelos quais poucos brasileiros doam. Como mostra a figura 11, 58% do total de entrevistados informaram que não têm dinheiro, enquanto 18% afirmaram que não doaram porque ninguém solicitou e 12% porque não confiam nas organizações. A pesquisa também descobriu que 85% dos entrevistados não recebeu nenhum pedido de doação provenientes de organizações nos últimos 12 meses.

**Figura 11:** Motivos pelos quais brasileiro não realizaram doação.



Fonte: (IDIS, 2014)

Ao contrário de suas “concorrentes”, as fundações comunitárias apresentam vantagens significativas. Elas não atendem somente a uma única causa ou instituição, mas funcionam como um instrumento para levar a cabo qualquer interesse filantrópico que um doador possa ter. Essa é a principal vantagem, além da flexibilidade ao longo tempo que podem oferecer para doadores e potenciais doadores.

As fundações comunitárias em todo o mundo continuarão crescendo a medida que mais e mais indivíduos buscam oportunidades para obter uma abordagem estruturada e planejada para suas doações filantrópicas, pois no passado, os doadores doavam para as organizações e causas, todavia, agora buscam doar para resultados (Ketchum Canada Inc, 2007, p.9).

Johnson e Johnson (2004) aponta que os desafios das fundações comunitárias em geral são:

- (a) Encontrar o equilíbrio entre necessidades da comunidade e interesse dos investidores sociais;
- (b) Decidir entre uma abordagem de doação mais ou menos envolvida com a operação dos projetos sociais;
- (c) Elaborar definições do termo “comunidade”;
- (d) Desenvolver confiança ou superar a falta de confiança em organizações “intermediárias”;
- (e) Enfrentar a competição com fundos de investimento social comercial;
- (f) Alcançar maior grau de independência organizacional.

No Brasil, segundo (DELLAGNELO *et al.*, 2008, p. 1-2) os desafios que precisam ser vencidos pelas organizações brasileiras inspiradas no conceito de fundações comunitárias são:

- (a) Cultura de doação no Brasil, de pontual e paternalista, para cultura de investimento social, mais focalizada, estratégica e articulada;
- (b) Baixo nível de doações individuais e de articulação entre doadores, o que prejudica ou reduz o impacto de suas contribuições;
- (c) Comunidades em extrema pobreza, nas quais se torna mais difícil o trabalho com ativos locais;
- (d) Complexidade e urgência de problemas sociais em algumas regiões do país;
- (e) Falta de incentivos fiscais e de estrutura legal para estimular o investimento social comunitário;
- (f) Desigualdades sociais nas comunidades, o que torna difícil reunir setores diferentes para dialogar como parceiros;
- (g) Investidores sociais com pouco interesse na eficiência e no impacto de seus investimentos;
- (h) Falta de gerenciamento democrático de recursos destinados à área social;
- (i) Desconhecimento por parte de investidores sociais e lideranças comunitárias e de ONGs sobre a importância de fundos permanentes como estratégia de sustentabilidade financeira. (DELLAGNELO *et al.*, 2008, p. 1-2).

Embora todos os desafios que as fundações comunitárias encontrem para mobilizar recursos localmente, elas carregam uma forte inovação em seu conceito as diferenciando das diversas outras entidades que fazem parte do setor sem fins lucrativos. Além de apresentarem vantagens significativas, pois não atendem somente a uma única causa ou instituição, mas funcionam como um instrumento para levar cabo a qualquer interesse filantrópico que um doador possa ter. Toda a fundamentação teórica acerca das fundações comunitárias será apresentada de forma prática no próximo capítulo por meio de um estudo de caso que detalhará a aplicabilidade do conceito na região metropolitana da Grande Florianópolis.

## 5. ESTUDO DE CASO

Como mencionado no início deste trabalho, o estudo caso é uma pesquisa de caráter qualitativo, no qual o pesquisador tem uma imersão integral, profunda e minuciosa da realidade pesquisada. Nesses aspectos, o estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) visa apresentar a relevância e impacto de suas atividades para o terceiro setor e para o desenvolvimento socioeconômico da Grande Florianópolis no decorrer dos seus 10 anos de história.

### 5.1. O Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM)

A ideia da criação de uma organização local que carregasse características do conceito de fundações comunitárias deu seus primeiros passos em 2005 em uma reunião realizada na cidade de Florianópolis com um pequeno grupo de pessoas formado por profissionais liberais, empresários, professores universitários, lideranças do terceiro setor e profissionais do setor público. Esses profissionais foram inspirados por uma ativista local, a Sra. Lúcia Dellagnelo, que teve um período de vivência internacional e participou de um programa do Instituto Synergos, permitindo-lhe percorrer diversos países e verificar o trabalho de fundações comunitárias em vários contextos. Durante a reunião, esse grupo discutiu demandas locais e estratégia de ações, percebendo que na região da Grande Florianópolis não existia uma organização que tivesse como missão a articulação dos diversos atores locais para criar sinergia entre as potencialidades que existiam no território, surgindo, assim, o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p.141-142).

Durante todo o ano de 2005 esse grupo de profissionais recebeu a visita e apoio de várias pessoas que já estavam envolvidas com o movimento das fundações comunitárias no mundo, objetivando se inspirarem e conhecerem melhor o conceito. A presença dessas pessoas na região estimulou as discussões sobre a aplicação do conceito e planejamento para formação de um conselho que refletisse a diversidade de atores locais e pudesse contribuir para o estabelecimento da organização na comunidade. No dia 25 de novembro de 2005 o ICOM foi instituído em Assembleia Geral para atuar no núcleo da região metropolitana da Grande Florianópolis, constituindo-se juridicamente como uma associação, em conformidade com a designação expressa pelo Código Civil Brasileiro. A instituição conta com um Conselho Deliberativo, um Conselho

Fiscal, uma Diretoria e uma equipe executiva com qualificação profissional diferenciada (SILVA, 2011, p.82).

A região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF)<sup>11</sup> compreende, atualmente, nove municípios e, de acordo com dados do IBGE<sup>12</sup>, sua população totaliza 1.111.702 pessoas. Entre os anos de 2008 e 2014, a cidade de Florianópolis, por exemplo, cresceu em média 2,8% ao ano, recebendo cerca de 40 mil novos habitantes, o que resultou em uma população de 469 mil pessoas e fez da cidade a 8ª em maior crescimento populacional (1,8%) no Brasil. Segundo o plano diretor de Floripa, a estimativa para 2035 é de 800 mil moradores. Este crescimento demográfico acelerado se torna expressivo, pois muitos brasileiros veem na cidade uma oportunidade de terem uma melhor qualidade de vida, fato que evidencia o fato de 51,70% das pessoas não serem naturais da ilha. (ICOM, 2016a, p.9)

Florianópolis é a terceira cidade do Brasil com o melhor IDHM<sup>13</sup> (0,847%) em comparação com a média do país, e, por mais que o índice de desenvolvimento da região seja alto, os problemas sociais têm aumentado em grande escala, acompanhando o crescimento rápido da cidade. Marcantes exemplos desses problemas sociais são observados em 13 áreas com condições precárias de infraestrutura, com 17.573 pessoas vivendo em situação de risco, e na renda por morador em 21,82% dos domicílios da cidade ser de menos de um salário mínimo. (ICOM, 2016a, p.9)

Outros exemplos do agravamento dos problemas sociais na Grande Florianópolis podem ser encontrados a poucos quilômetros da capital do Estado, na cidade de Palhoça. A população da cidade cresceu nos últimos 10 anos 33,67%, que segundo o IBGE, é praticamente o dobro da taxa média catarinense no mesmo período, sendo que no ano de 2010 atingiu a marca de 137.334 habitantes, tornando-a o décimo município mais populoso de Santa Catarina. Esse acréscimo populacional foi acompanhado de crescimento econômico, no entanto, percebe-se que se mantém

---

<sup>11</sup> A Lei Estadual Complementar, nº 636, de 9 de Setembro de 2014 define que região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) envolver os seguintes municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Fonte: <[www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)>.

<sup>12</sup> Maiores informações em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise\\_estimativas\\_2014.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf)>.

<sup>13</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>.

um processo de concentração de renda, o que contribui para o aumento da desigualdade social. Segundo o Censo de 2010, 3.382 domicílios têm a renda per capita abaixo de meio salário mínimo/mês, e 15.363 domicílios vivem com menos de um salário mínimo/mês. O crescimento econômico acelerado, somado à expansão populacional elevada, acarretou uma série de problemas sociais em Palhoça, tais como ocupação urbana desordenada, incluindo a invasão de áreas de preservação ambiental, fragilidade perante desastres ambientais, déficit habitacional e, especialmente, violência urbana (ICOM, 2011, p.3).

Dados esses problemas sociais encontrados na região, medidas devem ser tomadas para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Foi visando oferecer um serviço estratégico para o desenvolvimento socioeconômico local que, desde a fundação do ICOM, tinha-se o desejo de constituir uma organização inovadora de base local, com capacidade articuladora e sinérgica entre o trabalho de organizações e pessoas que atuavam na área social na Grande Florianópolis. Para tal, sua missão e estratégias de ação foram estabelecidas como:

**Mobilizar, articular e qualificar investimentos sociais de diversos setores da sociedade para a promoção do desenvolvimento social em Florianópolis [...]** e a) Produção e disseminação de conhecimento sobre a comunidade; b) Apoio técnico e financeiro a ONGs que desenvolvem ações na comunidade; c) Capacitação e promoção de parcerias para investidores e realizadores de projetos sociais (ICOM, 2006 apud SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p.143, grifo nosso).

Em seus passos iniciais o ICOM não dispunha de qualquer patrimônio, apenas de pessoas comprometidas e que acreditavam no conceito das fundações comunitárias para o desenvolvimento local. O escritório da instituição foi estabelecido em uma sala cedida pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, com uma linha telefônica também cedida pela universidade e um caixa inicial de R\$ 600,00 doados pelas pessoas que a constituíram para ser utilizado na formalização da documentação da instituição e para os custos de manutenção do escritório, já que as funções executivas eram realizadas pela presidente, Sra. Lúcia Dellagnelo, em caráter voluntário (SILVA, 2011, p.83).

Para o financiamento de sua estrutura e atividades o ICOM contou com a *expertise* e rede de relacionamento da Sra. Lúcia Dellagnelo, que conseguiu mobilizar recursos para a manutenção do ICOM entre os anos de 2007 e 2009 junto a três organizações internacionais, a *W. K. Kellogg Foundation*, a Fundação AVINA e o *Global Fund for Community Foundation*. Após esse período,

passou a cobrir seu orçamento com um mix de apoiadores institucionais, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, taxas administrativas e prestação de serviços (SILVA, 2011, p. 89).

Com a garantia do apoio dessas três fundações, o ICOM dedicou suas estratégias de investimento com foco no impacto de curto prazo em suas intervenções na comunidade. Mobilizou e disseminou entre doadores locais a estratégia de apoio ao desenvolvimento comunitário por meio do estabelecimento de fundos de investimento social. A estrutura desses fundos de investimentos permitia não só grandes investidores, mas qualquer pessoa com interesse em financiar atividades e estratégias de promoção ao desenvolvimento social, além de vantagens como o compartilhamento de custos de operação e, no caso de investimentos coletivos, a aplicação de um maior montante de recursos do que poderiam ser investidos isoladamente (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 143).

No início de 2009 foi realizado um encontro com a equipe executiva, membros da diretoria, do conselho e os sócios fundadores do ICOM com o objetivo de debater as ações e a identidade da instituição. Nessa reunião, perceberam que a missão, até então em vigor, de mobilizar e articular investidores e organizações da sociedade civil não caracterizava o objetivo da instituição, pois seu foco real, segundo os participantes do planejamento, deveria ser o de promover o desenvolvimento comunitário, sendo que o processo de mobilização e articulação eram os meios pelos quais se buscava esse desenvolvimento. Então, ficou estabelecido como a missão do ICOM **“promover o desenvolvimento comunitário por meio da mobilização e articulação de investidores e organizações sociais”**. Os eixos de ação ficaram definidos como: **(i) produção e disseminação de conhecimento; (ii) fortalecimento institucional e; (iii) gestão de investimentos sociais na comunidade**. Isso tudo movidos pela visão de **tornar-se referência, para investidores e organizações comunitárias, na gestão de recursos, transparência administrativa e qualidade técnica de investimentos sociais** (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 149-150, grifo nosso).

A sede operacional atual do ICOM é alugada e está localizada na **Rua Lacerda Coutinho, 100 – Centro – Florianópolis/SC**. A Governança da Instituição é composta por 31 membros atuantes em sua Assembleia, 3 membros no Conselho Fiscal, 24 membros no Conselho Deliberativo, 10 membros no Conselho Consultivo e 3 membros da Diretoria. Entre os anos de 2010 e 2014, o ICOM contratou em média 10 colaboradores e contou com o apoio de



aproximadamente 20 voluntários em sua equipe técnica. A Instituição conta com a parceria institucional e convênio de diversas organizações dos vários setores socioeconômicos. O Quadro 2 apresenta algumas dessas parcerias.

**Quadro 2:** Parcerias Institucionais e Convenio do ICOM.

InterAmerican Foundation	OAB/SC
Fundação Bertelsmann	UDESC
Global Fund for Community Foundations	CRC/SC
Instituto C&A	SEBRAE/SC
Instituto Walmart	Instituto Voluntários em Ação - IVA
Tractebel Energia	Instituto Guga Kuerten – IGK
Fundação Telefônica	Grupo RBS
Sapiens Parque	Fundação Lemann
CMDCA - Florianópolis	UNISUL
Fundação Itaú social	CMDCA – Palhoça
WOA	UFSC
ASAS Incorporação e Habitat	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
Portobello Shop S.A.	Instituto Vilson Groh – IVG
Pedra Branca Empreendimentos Im. S.A.	ACIF
IBM Brasil	Azul Linhas Aéreas
Banco Itaú	Softplan

Fonte: Portal Transparência, 2016.

Mais impactante do que apenas falar da história e missão do ICOM de promover o desenvolvimento comunitário na Grande Florianópolis é apresentar os resultados alcançados pela instituição no decorrer desses anos de trabalho. Apresentaremos a seguir alguns dentre vários projetos e programas de articulação, mobilização e investimento social local, cujo resultado foi o fortalecimento do terceiro setor e o desenvolvimento socioeconômico da região.

## 5.2. ICOM e o Fortalecimento do Terceiro Setor na Grande Florianópolis

Detalharemos duas marcantes ações (o Desenvolvimento Institucional e o Portal da Transparência) que foram criadas e estruturadas pelo ICOM e que tiveram uma enorme contribuição para o terceiro setor da Grande Florianópolis.

### 5.2.1. Disseminando o Desenvolvimento Institucional (DI)

Um dos grandes legados do ICOM desde sua fundação é o apoio concebido para o fortalecimento e crescimento do terceiro setor na região da Grande Florianópolis. No ano de 2006, em seu primeiro ano de atividade, a principal iniciativa da instituição foi a de conduzir o “Mapeamento das ONGs de Florianópolis”, que consistiu em um levantamento de dados com o objetivo de mapear e analisar as organizações sem fins lucrativos do município de Florianópolis, reunindo 175 organizações. Os resultados dos dados das 175 organizações mostraram que **40% das organizações trabalhavam somente com voluntários e operavam com menos de R\$ 24 mil reais por ano, e 66% não possuíam sede própria. Eram organizações, em geral, pequenas, com uma base institucional frágil e 70% delas necessitavam de infraestrutura e capacitação para produzir melhores resultados a partir de seu trabalho** (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 143, grifo nosso).

Com o diagnóstico obtido pelo mapeamento das ONGs em Florianópolis, percebeu-se a grande deficiência institucional que essas organizações tinham, além de uma enorme carência financeira, ou seja, muitas delas operavam suas atividades em situações desfavoráveis, embora tivessem um enorme potencial de crescimento. Visto isso, o ICOM desenhou e realizou, em parceria com outras organizações locais e com o apoio do Instituto C&A, um programa chamado “Projeto Fortalecer”. O programa foi desenvolvido nos anos de 2007 e 2008 e tinha com o objetivo geral o fortalecimento da base institucional das ONGs que atuavam nos municípios da Grande Florianópolis, a fim de fomentar a construção de rede e aumentar o impacto positivo do seu trabalho no desenvolvimento sustentável no território. Os objetivos específicos do programa eram:

- (a) Oferecer aos gestores de ONGs que desenvolviam projetos sociais e ambientais na Grande Florianópolis a oportunidade de trocar experiências, exercitar novas práticas e adquirir conhecimentos e habilidades pessoais e profissionais que contribuam para a sustentabilidade das organizações nas quais atuavam;
- (b) Oferecer assessoria personalizada às ONGs participantes, de modo a qualificar a sua gestão, fortalecer a sua identidade institucional e apoiá-las na comunicação e na construção de parcerias e alianças estratégicas;
- (c) Fomentar a consolidação de uma rede social que pudesse promover o trabalho colaborativo entre as ONGs da Grande Florianópolis (SOUZA, 2012, p. 68).

Participaram do programa 32 organizações<sup>14</sup>, das quais 29 concluíram todas as etapas. A metodologia do programa foi estruturada em a) encontros de formação mensais, facilitados por profissionais reconhecidos e com vasta experiência na área; b) oficinas de prática com estímulo à consultoria entre pares, constituindo momentos para acompanhamento e assessoria coletiva às organizações na implementação das mudanças necessárias para o seu fortalecimento institucional; c) momentos de avaliação sobre percurso de aprendizagem, objetivando apresentar os resultados obtidos pelas organizações durante o projeto; d) painéis temáticos com especialistas, buscando uma discussão mais geral acerca do fortalecimento do setor na Grande Florianópolis e a formação de uma rede entre as ONGs participantes e demais setores da sociedade; e) assessorias individualizadas para elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, realizadas com profissionais do ICOM; e f) criação de um grupo de aprendizagem virtual e formação de banco de referências documentais e virtuais, servindo de subsídio para formação de gestores (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 145-146).

Este programa contribuiu para que as organizações passassem a conhecer mais profundamente sua realidade acerca das relações de parcerias que estabeleciam com o ambiente externo e o valor das suas relações interinstitucionais. Para alguns gestores, o trabalho de Desenvolvimento Institucional representou um marco dentro da organização, servindo de alerta para uma reflexão sobre a estrutura organizacional, a definição de papéis, a necessidade de ordenar o crescimento das atividades, o contexto de mutação constante no qual as ONGs estão inseridas. O programa incentivou a revisão, o fortalecimento e a ampliação dos vínculos e parcerias; a melhora na gestão e na mobilização de recursos; o fortalecimento da governança, com a descentralização das decisões, flexibilidade da comunicação, qualificação e formação de conselhos, diretoria e núcleo gestor; o fortalecimento das equipes de trabalho, formação de novas lideranças e maior engajamento dos voluntários; melhoria da relação com o público-alvo e a comunidade; maior clareza quanto ao direcionamento da organização e dos seus desafios (SOUZA, 2012, p.69).

Como parte do trabalho de disseminação do DI para as organizações locais, criou-se uma agenda contendo propostas e ações para o fortalecimento do terceiro setor na cidade de Florianópolis. O quadro 3 detalha algumas dessas propostas.

---

<sup>14</sup> A lista completa e o perfil dessas organizações encontram-se nos anexos 5 e 6 deste trabalho.

**Quadro 3:** Propostas e Ações da Agenda do Terceiro Setor de Florianópolis.

<b>Campo</b>	<b>Propostas</b>	<b>Ações</b>	<b>Atores e Organizações Envolvidas</b>	<b>Exemplos/Referência</b>
<b>Financiamento</b>	Criação de um fundo para apoio a projetos de ONGs municipais que visem o desenvolvimento local com editais anuais e comissão técnica para seleção de projetos.	Analisar viabilidade de estabelecer percentual sobre algumas receitas da prefeitura como multas de trânsito e estacionamento, entre outras; criação de taxas sociais, como, por exemplo, sobre eventos realizados em Florianópolis.	ONGs Câmara dos Vereadores Prefeitura Municipal Comitê técnico	Prefeituras de Porto Alegre e São Paulo  Prefeitura já destina recursos de multas para algumas ONGs municipais
<b>Capacitação/Assessoria e Infraestrutura</b>	Criar uma Incubadora Social que forneça infraestrutura compartilhada para ONGs e um Centro de Apoio com oferta de capacitação, serviços jurídicos e contábeis para as ONGs (Centro de Apoio a Serviços Comunitários).	Mapear as instalações públicas ociosas que poderiam abrigar este Centro; mapear as ONGs que têm essa demanda; elaborar um plano de manutenção compartilhada do centro; lançar um edital/ chamada pública para utilização dos espaços.	ONGs IPUF Prefeitura Municipal Câmara dos Vereadores	Community Service Village no Canadá www.villagecommunitysvcs.org  Chantier d'économie sociale Montreal www.chantier.qc.ca  Palácio das ONGs no Rio de Janeiro
<b>Transparência</b>	Revisão da lei de concessão do título de utilidade pública municipal, com vistas a estabelecer critérios mais objetivos e transparentes.	Emenda ou resolução, estabelecendo os critérios de concessão mais transparentes.	Prefeitura Municipal Câmara dos Vereadores ONGs	
<b>Articulação Intersetorial</b>	Realização de uma Conferência Anual com representantes dos três setores para discutir os principais problemas e propostas para o desenvolvimento sustentável da cidade	Fazer mapeamento dos representantes dos diferentes grupos sociais e formar comissões; preparar documento prévio para discussão e assinatura das partes na conferência Realização da conferência Criação de um comitê para acompanhamento e controle social das políticas públicas	Prefeitura Câmara dos Vereadores Representantes do Setor Empresarial Ministério Público Representantes do Terceiro Setor	Sommet Citoyen de Montreal www.4sc.urbanecology.net
<b>Cultura, Lazer e Meio Ambiente</b>	Gestão coletiva (em conjunto com as ONGs) de áreas verdes urbanas e espaços descentralizados para atividades de lazer/esporte/ cultura e educação ambiental	Mapear áreas existentes Organizar instituições interessadas (ONGs, escolas) Elaborar projetos coletivos	ONGs IPUF Prefeitura Escolas	Exemplo de São José (escola aberta) e de algumas escolas estaduais  Santiago do Chile

Fonte: ICOM, 2009.

Essa agenda<sup>15</sup> de fortalecimento foi sugerida aos governantes da região detalhadas em cinco campos: financiamento; capacitação/assessoria e infraestrutura; transparência; articulação intersetorial; e cultura, lazer e meio-ambiente. Para cada uma das propostas buscou-se apresentar

<sup>15</sup> A agenda completa contendo todas as propostas: < <http://docplayer.com.br/12938278-Introducao-1-objetivos-programacao-e-metodologia.html>>.

referências de experiências bem sucedidas em outras cidades do Brasil e do mundo, de modo a inspirar a sua implementação em Florianópolis (ICOM, 2009).

Os resultados mais significativos obtidos por meio do Projeto Fortalecer foi o reconhecimento das organizações como membros de um campo socioeconômico e político comum e o engajamento dessas na construção da agenda do terceiro setor de Florianópolis.

### 5.2.2. O Portal da Transparência

O Portal Transparência<sup>16</sup> é uma ferramenta de busca de informações sobre ONGs com base nos dados que são fornecidos anualmente pelas próprias organizações. A proposta desse espaço é dar visibilidade a organizações que trabalham a favor da transparência e fortalecimento das ONGs. Por meio do portal, a organização aliada tem acesso a ferramentas de apoio e conteúdos de gestão para o seu público. A participação das ONGs indica o seu compromisso com a transparência, sendo que a veracidade e fidedignidade das informações são de exclusiva responsabilidade das organizações participantes (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2016).

A ideia da elaboração da plataforma surgiu pelo fato das instituições terem dificuldade de arcar com os custos envolvidos com a prestação de contas para a comunidade em seu entorno e para o público em geral, apesar de terem avançado bastante em suas práticas de gestão e na comunicação de resultados junto a seus parceiros e investidores. Uma plataforma de uso comum para que essas organizações pudessem comunicar-se com toda a sociedade apresentou-se como uma solução que as auxiliariam a melhor se posicionarem diante de seus *stakeholders*, além de serem mais conhecidas e estreitarem seus relacionamentos com a comunidade (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 150-151).

A plataforma foi uma iniciativa totalmente inovadora no Brasil, que contou com o apoio financeiro do Instituto C&A, e foi concebida de forma participativa por 30 ONGs que atuam na Grande Florianópolis, por meio de oficinas e seminários temáticos realizados durante o ano de 2009. Essa comunidade de aprendizado, em diálogo constante com a sociedade, elaborou um conjunto de indicadores que pode ser aplicado como instrumento de comunicação, transparência e

---

<sup>16</sup> Para acesso ao Portal Transparência <<http://www.portaltransparencia.org.br/>>.

prestação de contas por qualquer organização da sociedade civil (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2016).

Em aspectos quantitativos, são 1.279 internautas cadastrados, 338 ONGs registradas e em processo de inserção de dados e 87 com os dados plenamente publicados. O Portal cresceu em 8% no número de internautas usuários e 12% no número de ONGs cadastradas em relação a 2014. As ONGs que usam o portal declararam ter mobilizado mais recursos e ampliado o número de parceiros, além de dominar melhor todos os aspectos de gestão e qualificar o atendimento de uma população estimada de 50,7 mil pessoas (ICOM, 2015).

### 5.3. ICOM e o Desenvolvimento Socioeconômico Local

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis tem gerado um enorme impacto para o desenvolvimento socioeconômico local por meio de diversas frentes de trabalho ligadas ao conceito das Fundações Comunitárias. Esses resultados serão detalhados a seguir.

#### 5.3.1. Conhecimento da Região de Atuação

Conhecer os problemas locais sempre foi um processo muito importante para o ICOM, pois esse conhecimento resultaria em um melhor investimento social na comunidade. Por isso, uma iniciativa que marca a ação do instituto é a aplicação de uma metodologia chamada Sinais Vitais, que foi desenvolvida pela Fundação Comunitária de Toronto e utilizada em 50 cidades do Canadá. É importante ressaltar que Florianópolis foi a primeira cidade a aplicá-la em um contexto internacional.

Essa metodologia articula uma diversidade de atores locais na discussão sobre o desempenho de diversos setores da sociedade em um território, geralmente município, avaliado por meio de indicadores coletados a partir de fontes oficiais. Um comitê multisetorial discute os indicadores e sua materialidade, oferecendo uma pequena reflexão que estimula a comunidade a conhecer mais sobre o assunto e debater questões de interesse público. As informações são publicadas em um relatório de fácil compreensão, que é distribuído nas universidades, espaços públicos e na mídia, disseminando seu conteúdo. O ICOM publica o relatório Sinais Vitais desde 2008, sendo que nos anos de 2010 e 2011 procurou usar a metodologia focando na situação das crianças e adolescentes nos municípios de Florianópolis (2010) e Palhoça (2011), por demanda

dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente desses municípios (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 144).

O relatório Sinais Vitais se mostra como uma importante ferramenta para contribuir com o desenvolvimento social, pois facilita a informação para as pessoas da comunidade que, muitas vezes, desconhecem tais informações, empoderando-as para exigir melhorias, além de influenciar uma melhor gestão da cidade por parte das lideranças locais.

### 5.3.2. Fundos de Investimento Social e *Endowments*

A criação de um *endowment* (fundo permanente) se mostrou uma opção inovadora para que as organizações se tornassem sustentáveis e pudessem realizar ou complementar suas atividades com recursos gerados a partir do seu próprio patrimônio. O fundo patrimonial do ICOM gira, atualmente, em torno de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o que não é um valor alto para que uma instituição seja autossustentável. Todavia, um dos focos da instituição é ampliar esse montante com o apoio de investidores sociais locais.

Uma das maiores fontes de recursos do ICOM têm sido os Fundos de Investimento Social, que financiam as diversas atividades realizadas pela instituição. O interessante do conceito das Fundações Comunitárias é a característica flexível com que esses recursos se revestem, pois eles podem ser flexibilizados para a realidade local atual, podendo, por exemplo, contribuir com diversas causas como o trabalho com refugiados, ou moradores de rua, e até com situações emergenciais como as de catástrofes ambientais.

O ICOM formou seus primeiros fundos de investimento social a partir do ano de 2007, mobilizando investidores locais e fomentando a doação individualmente – no caso da gestão dos investimentos locais de institutos ligados a empresas como o Instituto Vonpar, que em 2008 e 2009 investiu quase R\$ 1 milhão para fomentar uma rede de cooperativas de catadores de materiais reciclados e apoiar sua operação, elevando a renda dos catadores de maneira significativa – ou a doação por meio de fundos comunitários, formados por vários investidores em torno de uma causa específica, a exemplo do Fundo Comunitário para Empreendedorismo Social Jovem em 2007 e 2008 que mobilizou R\$ 235.000,00 reais e apoiou 8 organizações que trabalham

com a juventude beneficiando diretamente mais de 300 jovens (SILVA; SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 144).

Um caso de muito sucesso da aplicabilidade do conceito das Fundações Comunitárias é o **Fundo Comunitário para Reconstrução de Santa Catarina** no ano de 2008. Pode-se observar que, em casos emergenciais, poucas são as instituições que tem a flexibilidade para destinar seus recursos em prol da causa social. Por isso, o ICOM se mostra como instituição capaz de contribuir com qualquer causa local.

No ano de 2008, o estado de Santa Catarina foi assolado por um período de chuvas intensas que ocasionaram enchentes e deslizamento de terra em aproximadamente 60 cidades, no qual 14 municípios decretaram estado de calamidade pública. Foram quase 1,5 milhão de pessoas atingidas, 135 mortes, 2 desaparecimentos, 9.390 habitantes foram forçados a saírem de suas casas e 5.617 ficaram desabrigados (ICOM, 2010).

O ICOM, sendo uma organização comunitária local, cumpriu sua missão de articular esforços em prol da comunidade reunindo um grupo de investidores para desenvolver ações de reconstrução e prevenção nas cidades atingidas. Um Plano de Investimento Social foi proposto a potenciais investidores com base em um diagnóstico realizado a partir de visitas e encontros com lideranças do setor público, não governamental e privado de oito municípios mais atingidos (Blumenau, Itajaí, Gaspar, Florianópolis, São José, Palhoça e Baguaçu). O diagnostico apontou que:

- (a) Muitas famílias ficaram desabrigadas, com perda total de suas moradias e terrenos;
- (b) As organizações sociais de atendimento a crianças e adolescentes sofreram danos em suas infraestruturas, e ficaram sem condições de manter seus serviços;
- (c) O atendimento psicológico, educacional, além da recreação, oferecidos a crianças e adolescentes vivendo nos abrigos eram insuficientes e/ou inadequados; Os municípios atingidos estavam pouco preparados para responder a uma emergência de tal magnitude, principalmente em relação ao atendimento de proteção das crianças e adolescentes;
- (d) Os voluntários dispostos a ajudar se apresentaram em grande número. Entretanto, não existia uma ferramenta que possibilitasse um cadastramento apropriado dessa força de trabalho, para que se pudesse acioná-la de forma ágil, de acordo com o perfil e a *expertise* das pessoas. Além disso, os voluntários não estavam capacitados para atuar em situação de emergência, o que gerou inúmeras dificuldades para a Defesa Civil e órgãos no comando das operações e atendimentos (ICOM, 2010).

Foi com base nesse diagnóstico que o ICOM identificou focos de investimento que agregassem valor ao trabalho desenvolvido por outros agentes públicos e privados e que contribuíssem efetivamente para o processo de reconstrução e fortalecimento das comunidades



atingidas. O fundo de investimento foi formado por doações do Instituto C&A, Fundação Itaú Social, Instituto Camargo Corrêa e Investidores Solidários, que totalizaram R\$ 618.949, 20 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e nove e vinte centavos), além de parcerias técnicas com a Defesa Civil, o Instituto Voluntários em Ação e a Save the Children – Suécia. O Quadro 4 apresenta o plano de investimento.

**Quadro 4:** Plano de Investimento Fundo de Reconstrução de Santa Catarina.

<b>Ação</b>	<b>Foco</b>	<b>Beneficiados/critérios</b>	<b>Investimento Previsto</b>	<b>Investimento Realizado</b>
<b>Reconstrução de Moradias</b>	Grande Florianópolis: 4 famílias; Ilhota: 2 famílias	6 famílias com liberação da Defesa Civil para reconstruírem suas casas. Prioridade para famílias com crianças até 12 anos.	R\$ 100.000,00	R\$ 142.000,00
<b>Investimento na infraestrutura de ONGs de atendimento a crianças e adolescentes</b>	Itajaí (2) Blumenau (6)	8 ONGs	R\$ 124.000,00	R\$ 124.521,00
<b>Capacitar lideranças locais para garantir a segurança de crianças e adolescentes em situação de emergência</b>	Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau e Grande Florianópolis.	600 profissionais e líderes comunitários capacitados	R\$ 250.000,00	R\$ 109.280,50
<b>Criação de um banco de capacitação de voluntários para atuar em situações de emergência</b>	Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau e Grande Florianópolis.	Voluntários cadastrados na última enchente e inscrições de novos voluntários	R\$ 80.000,00	80.525,00

Fonte: ICOM, 2010.

Os resultados obtidos com os recursos investidos foram plausíveis:

- (a) **Construção de 6 casas** de alvenaria medindo entre 35 a 42m<sup>2</sup> beneficiando 6 família sendo 2 no Morro do Baú e 4 em Florianópolis;
- (b) **Reconstrução de 8 ONGs** que atendem crianças e adolescentes, sendo 6 em Blumenau e 2 em Itajaí;
- (c) **Estabelecimento de parcerias com 8 municípios** (Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau, Florianópolis, Baguaçu, São José e Palhoça) envolvendo as Secretarias de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Educação, Defesas Cíveis Locais, CMDCA, CMAS visando a capacitação de profissionais para implementar ações de prevenção e resposta a situação de emergência;
- (d) **Realização de 4 Seminários Regionais sobre Proteção de Criança e Adolescentes em Situação de Emergência** nos municípios de Itajaí, Gaspar, Blumenau e Florianópolis. Os seminários reuniram cerca de 600 profissionais, estudantes e voluntários que trabalharam os temas: mudanças climáticas e situação de risco, proteção e segurança das crianças e adolescentes em situação de emergência, atuação da rede de proteção social

local e elaboração de planos de contingência com foco na proteção de crianças e adolescentes.

(e) **Realização do Seminário Estadual “Fundo Comunitário de Reconstrução: lições aprendidas e resultados alcançados em SC”**, com o objetivo de mostrar os resultados do Fundo a comunidade, parceiros e investidores. O evento foi realizado em Florianópolis, contou com a presença de 150 participantes, além de autoridades locais e regionais.

(f) **Criação do Força Voluntária**, uma ferramenta online criada para cadastrar e capacitar voluntários para que saibam como atuar em situações de emergência. Foi desenvolvido em parceria com o Instituto Comunitário em Ação e a Defesa Civil de Santa Catarina e cadastrou mais de 348 pessoas e realizou capacitação presencial de 149 voluntários (ICOM, 2010, grifo nosso).

O Quadro 5 detalha a prestação de contas dos R\$ 618.949, 20 referente ao Fundo Comunitário para Reconstrução de Santa Catarina . Observe que uma parcela do montante investido foi direcionada ao fundo permanente do ICOM.

**Quadro 5:** Prestação de Contas do Fundo de Reconstrução de Santa Catarina.

Itens	Valores
Construção de casas	R\$ 142.000,00
Doação para Infraestrutura de ONGs	R\$ 124.521,00
Banco de Voluntários - Força Voluntária	R\$ 80.525,00
Seminários e oficinas de capacitação	R\$ 34.005,49
Elaboração e produção do Guia de Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Emergência	R\$ 19.203,00
Comunicação	R\$ 13.908,17
Despesas Operacionais	R\$ 31.165,03
Visitas aos municípios e despesas palestrantes	R\$ 10.998,78
Coordenação do Fundo Comunitário de Reconstrução	R\$ 36.268,10
ICOM - Fundo Permanente	R\$ 61.894,92
<b>Total</b>	<b>R\$ 554.489,52</b>
<b>Saldo para Ações de Continuidade</b>	<b>R\$ 64.459,68</b>

Fonte: ICOM (2010).

Nenhum dos resultados apresentados seria possível se o ICOM não tivesse uma capacidade para mobilizar e articular atores locais, uma técnica qualificada de gerir os investimentos sociais aplicados, além de uma estrutura que pudesse flexibilizar recursos para esses tipos de situações

emergenciais. Essa inovação que o conceito de fundação comunitária traz para a atuação local tem se mostrado muito relevante para o desenvolvimento socioeconômico da região.

### 5.3.3. Mobilização

Um dos pontos fortes do trabalho do ICOM na Grande Florianópolis é o de ser um grande mobilizador dos vários atores locais por um objetivo social. As atividades do Instituto vão muito além de conhecer os problemas sociais locais e de realizar investimentos na região, mas o de mobilizar as pessoas (a comunidade) na busca desse desenvolvimento. Um claro resultado disso é o **Movimento Floripa Te Quero Bem**<sup>17</sup>.

Esse movimento surgiu da vontade de unir diversos segmentos da sociedade – cidadãos, gestores públicos e organizações – numa causa: tornar Florianópolis uma cidade melhor, mais solidária e sustentável. O ICOM em parceria com outras organizações locais começou essa mobilização em torno de duas ações:

- (a) Propor e buscar a aprovação de uma emenda à lei orgânica do município, que garanta que os futuros prefeitos(as) estabeleçam um Plano de Metas para sua gestão. Pela emenda em 90 dias após a posse, o prefeito(a) deve apresentar aos cidadãos suas metas como gestor, comunicando semestralmente à população seu desempenho em relação às metas estabelecidas.
- (b) Elaborar um documento que sirva como subsídio para a construção do Plano de Metas a que se refere a emenda à lei orgânica, contendo os principais desafios que Florianópolis deve enfrentar e uma lista de projetos já existentes que podem colaborar para a solução desses problemas (ICOM, 2012).

Fizeram parte do movimento o Instituto Guga Kuerten, Instituto Vilson Groh e Diário Catarinense que formaram o Comitê Gestor; a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis e Unimed Grande Florianópolis que foram parceiros; além do apoio da OAB/SC e Delos Associados S/S Ltda.

O movimento obteve sucesso ao conseguir a aprovação pela Câmara Municipal de Florianópolis da emenda à Lei Orgânica nº 37 de 2013, com a seguinte redação:

Art. 64 A - O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o **Programa de Metas** de sua gestão, até cento e oitenta dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativos e qualitativos para cada um dos setores da administração pública municipal, incluindo os distritos da cidade.

<sup>17</sup> Para maiores informações sobre o movimento, acessar: <<http://www.icomfloripa.org.br/icom/wp-content/uploads/2013/10/Documento-final-FTQB.pdf>>.

§ 1º O Programa de Metas será amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis na semana imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, inclusive nos distritos.

§ 3º O Poder Executivo divulgará, semestralmente, os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos no § 1º deste artigo.

§ 5º Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

**a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;**

**b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;**

**c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;**

d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;

f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade, continuidade, eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão, segurança, atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos e, modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§ 6º Ao final de fevereiro de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas do exercício anterior, disponibilizando-o nos meios de comunicação (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 37/2013, grifo nosso).

Em suma, a emenda obriga o prefeito a elaborar e cumprir um plano de metas, estabelecendo que esse plano seja divulgado na internet, pelos meios de comunicação e no Diário Oficial, além de ser debatido com a população. Semestralmente, o Executivo tem que divulgar os resultados.

A partir disso, é possibilitado a toda a sociedade acompanhar o desempenho da administração da cidade. Nas palavras do presidente da Câmara à época, César Faria, que formalizou a proposta do movimento, trata-se de “uma proposição voltada para uma gestão moderna, que quantifica as ações que devem ser feitas e traz mais transparência, com facilidade para os cidadãos acompanharem o trabalho da administração pública” (DIÁRIO CATARINENSE, 2013).

Além de sugerir a elaboração e cumprimento de um plano de metas, o movimento também elaborou um documento que apontou os problemas e exemplos de projetos para servir de subsídio

para a administração municipal planejar os investimentos na cidade. O material retrata as maiores necessidades nas áreas de saúde, educação, segurança, mobilidade e planejamento urbano.

#### 5.4. Inovação Social

Com a globalização contemporânea, o processo tecnológico vem a cada dia tendo uma maior presença na sociedade, ou seja, estamos vivendo em um local cada vez mais conectado, pois 77,7 milhões de brasileiros já acessam a internet, e existem no país mais de 70 milhões de *smartphones*. Foi com o propósito de utilizar as tecnologias disponíveis para colaborar com a solução dos problemas sociais que o ICOM iniciou dois grandes projetos: **O Social Good Brasil (SGB) e o Centro de Apoio à Inovação Social (CAIS)**.

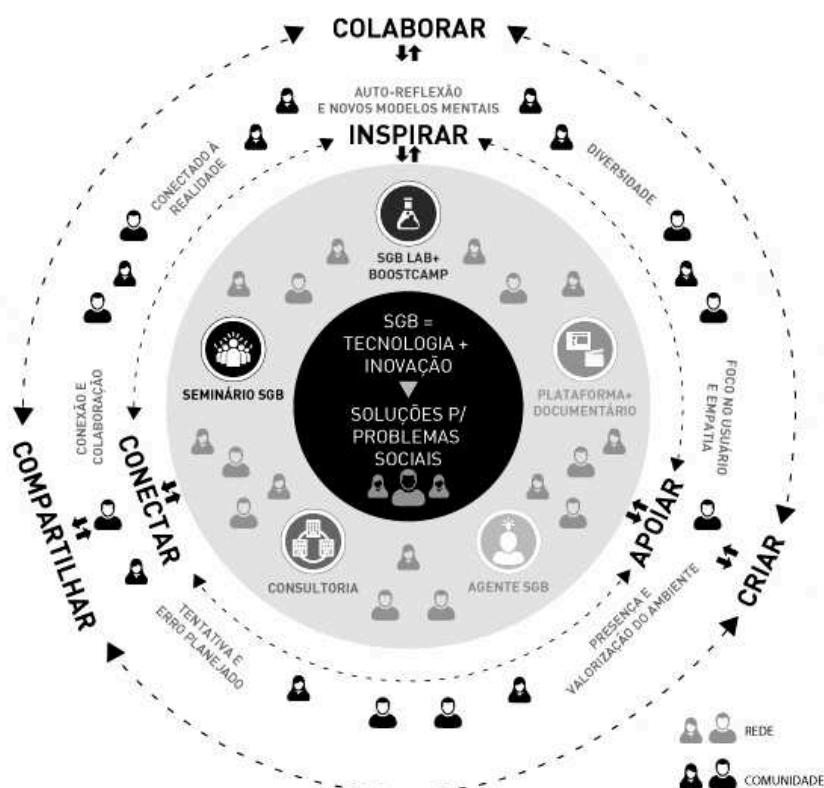
O primeiro passo para o surgimento do Social Good Brasil foi realizado no ano de 2010, quando o ICOM, em parceria com o Instituto Voluntários em Ação (IVA), promoveram um seminário chamado *Together is Better (TiB)*, que foi um encontro em Florianópolis com palestrantes internacionais e grandes nomes da comunicação e do terceiro setor para a promoção do uso de tecnologias para colaborar na solução de problemas sociais. No ano de 2011, representantes do ICOM e IVA participaram de um *Social Good Summit*, em Nova Iorque. O evento reuniu pessoas de vários lugares do mundo para trocarem ideias e buscarem meios de como as tecnologias podiam ser utilizadas como ferramentas para problemas sociais globais. Inspirados pelo evento decidiram criar o programa Social Good Brasil, que conta com a chancela da UN Foundation. O SGB foi um programa de tanto sucesso, que deixou de ser um simples programa do ICOM, para ser uma organização independente com uma forte atuação na Grande Florianópolis (SGB, 2016).

A figura 13 detalha o universo de atuação dessa organização que desde o início de suas atividades tem impactado milhões de pessoas com seus diversos projetos. No ano de 2014, por exemplo, realizou o Seminário Social Good Brasil reunindo **1217 participantes** em dois dias de atividades; também realizou o Social Good Lab que é um laboratório para ajudar a estruturar ideias de impacto social no qual recebeu **285 inscrições**; e recebeu **282.842 acessos** em sua plataforma<sup>18</sup> digital.

---

<sup>18</sup> Plataforma da organização Social Good Brasil: < [www.socialgoodbrasil.org.br](http://www.socialgoodbrasil.org.br) >.

**Figura 12:** Universo de atuação do Social Good Brasil.



Fonte: SGB, 2016.

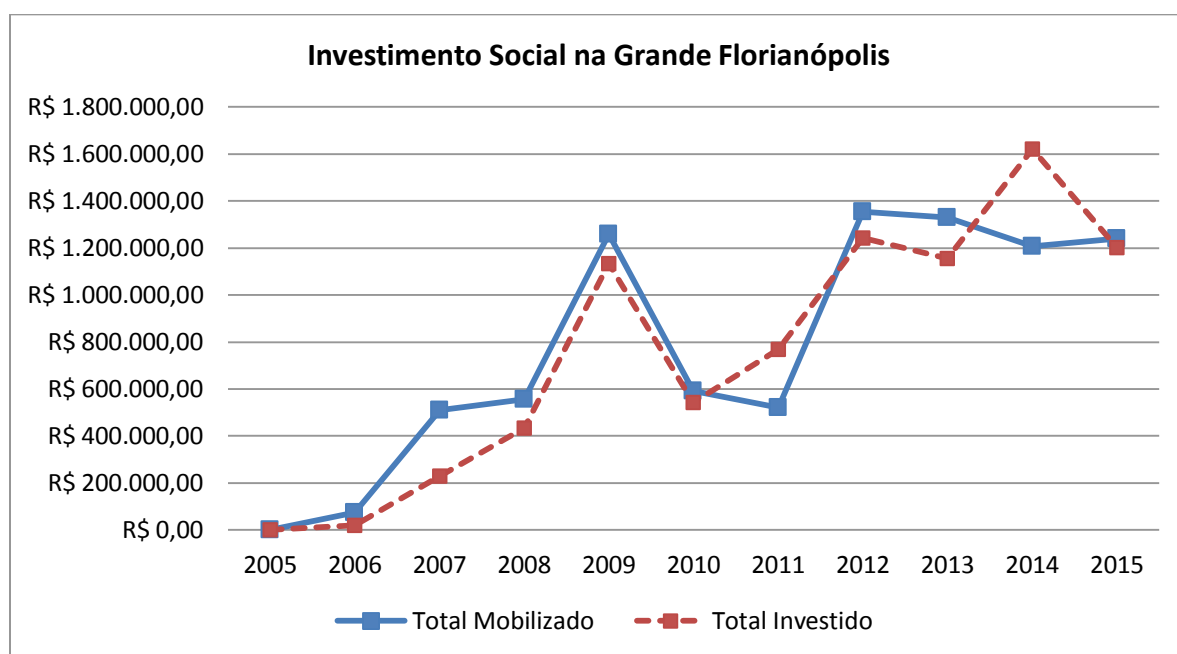
O Centro de Apoio a Inovação Social (CAIS) é o espaço onde a comunidade de ONGs, investidores sociais, grupos informais e pessoas interessadas em alto impacto social se encontram. No CAIS, o ICOM oferece a infraestrutura para reuniões, atividades e eventos para esse público, bem como serviços que incluem assessorias técnicas contínuas e workshops para o fortalecimento de iniciativas sociais.

No ano de 2015, os principais resultados do CAIS foram: (i) Apoio técnico contabilizando **286** horas de assessoria à **227** ONGs da Grande Florianópolis; (ii) mais de **450** pessoas assessoradas; (iii) **10** oficinas, fóruns, debates e eventos de cocriação; (iv) **90** pedidos de reserva do espaço para eventos e reuniões a **25** iniciativas sociais; e (v) 5 instituições, projetos e grupos sociais estiveram incubados no CAIS. Esse impacto em relação ao ano de 2014 demonstra que houve um aumento significativo no número de instituições e grupos incubados (de **2** em 2014 para **5** em 2015), bem como aumento na casa dos **25%** no número de instituições apoiadas com assessorias e cessão de infraestrutura para reuniões e eventos. Com esse crescimento, o impacto do

CAIS apoiando as organizações e iniciativas atinge uma população de cerca de **34 mil** pessoas (ICOM, 2015, grifo nosso).

Nos últimos 10 anos, o ICOM mobilizou aproximadamente **9 milhões de reais**, dos quais **investiu 90% diretamente na comunidade** beneficiando várias organizações do terceiro setor, impactando positivamente a vida de diversas pessoas e contribuindo assim, com o desenvolvimento socioeconômico da Grande Florianópolis. A figura 14 apresenta o histórico de investimento social realizado pelo Instituto localmente.

**Figura 13:** Investimento Social na Grande Florianópolis.



Fonte: Portal Transparência (2016).

No ano de 2015, o montante de recursos mobilizados foi proveniente de uma diversa gama de doadoras. Pode-se perceber na tabela 7 que as empresas (33,07%), institutos internacionais (34,2%) e pessoas físicas (12,3%) somam uma importante parcela de contribuição nos recursos mobilizados pelo ICOM, mostrando assim a credibilidade da instituição frente a esses diversos atores.

**Tabela 7:** Recursos mobilizados no ano de 2015.

RECURSOS MOBILIZADOS EM 2015				
Fundações/Institutos Internacionais	Community Foundation of Canada	R\$ 1.731,42	5,1%	34,2%
	Mott Foundation	R\$ 63.336,60	0,1%	
	Global Fund for Community Foundations	R\$ 2.644,14	0,2%	
	InterAmerican Foundation	R\$ 356.592,00	28,7%	
Fundações/Institutos Nacionais	Associação Social Good Brasil	R\$ 64.500,00	5,2%	6,4%
	Fundação Affonso Brandão Hennel	R\$ 15.000,00	1,2%	
Empresas	Banco Itaú (Projeto Social Good Brasil)	R\$ 300.000,00	24,2%	37,03%
	Tractebel Energia S.A (Lei Rouanet)	R\$ 40.000,00	3,2%	
	Asas Incorporação e Habitação	R\$ 23.750,00	1,9%	
	Portobello Shop	R\$ 25.000,00	2,0%	
	Pedra Branca Empreendimentos	R\$ 15.000,00	1,2%	
	WOA	R\$ 12.500,00	1,0%	
	Refinadora Catarinense SA	R\$ 27.500,00	2,2%	
	Sapiens Parque SA	R\$ 10.000,00	0,8%	
	Teltec Solutions Ltda	R\$ 5.000,00	0,4%	
	Outros	R\$ 834,22	0,1%	
Governo	Investimentos via Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Florianópolis. (Empresas: Flex Contact, Cassol Centerlar, Santinvest, Oi e pessoas físicas)	R\$ 90.615,00	7,3%	8,5%
	Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Palhoça	R\$ 14.890,00	1,2%	
Pessoas Físicas	Pessoas Físicas	R\$ 152.427,74	12,3%	12,3%
Receitas Financeiras	Rendimentos Financeiros	R\$ 19.940,62	1,6%	1,6%
TOTAL MOBILIZADO EM 2015		R\$ 1.241.261,74	100%	100%

Fonte: ICOM, 2015

As receitas financeiras do ICOM ainda representam uma pequena parcela (1,6%) do montante total mobilizado anualmente, pois como citado anteriormente, a formação de *endowments* é um processo gradual e desafiador em um país onde o ato de doar não faz parte da cultura, tampouco há incentivo das lideranças locais por meio de políticas públicas. Embora os desafios enfrentados, o Instituto tem realizado um árduo trabalho de mobilização e incentivo ao investimento social na Grande Florianópolis. Isso resultará num possível aumento do seu fundo permanente em longo prazo.



Como citado no início deste capítulo, o surgimento do Instituto Comunitário Grande Florianópolis se deu pela necessidade local de uma instituição que articulasse os diversos atores locais para criar sinergia entre as potencialidades que existiam no território. É exatamente isso que o ICOM tem realizado no decorrer desses 10 anos por meio de sua atuação no fortalecimento do terceiro setor local e na contribuição com o desenvolvimento socioeconômico da Grande Florianópolis.

## 6. CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo analisar o impacto do conceito de fundações comunitárias para o terceiro setor da região metropolitana da Grande Florianópolis e verificar se as atividades desenvolvidas por essas fundações geram impacto no desenvolvimento socioeconômico local. É importante lembrar que desenvolvimento socioeconômico é um processo de mudanças de estruturas e melhorias de indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desigualdade, condições de saúde, moradia e educação).

Para que a pesquisa pudesse ser realizada de maneira mais eficaz, buscou-se primeiramente identificar a contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Verificou-se que, embora o Brasil tenha tido um grande e acelerado crescimento econômico nos últimos anos, ganhando destaque no cenário mundial, os problemas sociais consequentes a esse crescimento acelerado só aumentaram. Muitos desses problemas são decorrentes das falhas de mercado (segundo setor) e da ineficiência do Estado (primeiro setor). O aumento dos problemas sociais fez com que o trabalho das organizações pertencentes ao terceiro setor se tornasse imprescindível no processo de assistência às populações menos favorecidas, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vidas das pessoas.

Apesar de todas as deficiências e fragilidades que o terceiro setor veio tentando superar no decorrer dos anos, ele mostrou ser a forma mais autêntica de manifestação de cidadania e participação social, além de ser uma importante força econômica. O setor contribuiu com mais de 34,2 bilhões de reais para o PIB do Brasil. Incluindo a força de trabalho voluntária contribui com aproximadamente 2,3% do valor agregado da economia do país. Apresentou crescimento de 8,8% no número de instituições, totalizando 290,7 mil entidades, e elevação de 15,9% no número de ocupados assalariados, gerando cerca de 290 mil novos empregos.

Em seguida, buscou-se caracterizar em termos teóricos, apesar da escassez de publicações acadêmicas sobre o tema, o conceito, a evolução histórica e a sustentabilidade financeira das organizações que se reconhecem como parte do movimento das fundações comunitárias. Percebeu-se que esse conceito é uma das formas de filantropia que tem mais crescido no mundo, pois as organizações desse movimento mobilizam recursos para atender às necessidades de uma

comunidade local com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Essa compreensão originalmente norte-americana ganhou uma abrangência internacional, todavia, pouco conhecida e difundida no Brasil, fato que explica a existência de apenas três organizações sem fins lucrativos no país que se autodenominam fundações comunitárias que são o Instituto Rio, Instituto Comunitário Grande Florianópolis e Instituto Baixada.

Uma das grandes inovações encontradas no conceito das fundações comunitárias é a forma como as instituições arrecadam e gerem seus recursos financeiros. Este é um dos fatores principais que as diferenciam das diversas outras entidades que fazem parte do setor sem fins lucrativos, pois a saúde financeira das fundações comunitárias e a regularidade de suas doações dependem da constituição de *endowments*, cujos resultados de aplicação devem idealmente cobrir os custos operacionais e ainda proporcionar recursos a serem investidos na sociedade. Além de que, ao contrário de suas “concorrentes”, as fundações comunitárias apresentam vantagens significativas, pois não atendem somente a uma única causa ou instituição, mas funcionam como um instrumento para levar cabo a qualquer interesse filantrópico que um doador possa ter.

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, optou-se por realizar um estudo de caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Por meio de uma investigação profunda dessa realidade social, constatou-se que essa instituição, de fato, tem uma forte relevância para o fortalecimento do terceiro setor local e contribui enormemente para o desenvolvimento socioeconômico da região metropolitana da Grande Florianópolis. Essa região, que compreende nove municípios, totalizando uma população de 1.111.707 pessoas, tem tido um crescimento demográfico muito acelerado, no qual os problemas sociais também têm crescimento em grande escala.

O surgimento do ICOM, no ano de 2005, deu-se pela necessidade de uma instituição que articulasse os diversos atores locais para criar sinergia entre as potencialidades que existiam no território. No decorrer desses 10 anos, o ICOM já mobilizou aproximadamente 9 milhões de reais, investindo 90% do valor diretamente na comunidade, demonstrando que a instituição tem uma enorme capacidade técnica de mobilizar e articular os diversos atores locais a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico.

Para o fortalecimento do terceiro setor na região, dentre as várias iniciativas realizadas pelo ICOM, destacam-se o Projeto Fortalecer e o Portal Transparência. O Projeto Fortalecer foi um programa que teve como objetivo o fortalecimento da base institucional das ONGs que atuavam nos municípios da Grande Florianópolis, capacitando gestores de 32 organizações. Os principais resultados do projeto foram o reconhecimento das organizações como membros de um campo socioeconômico e político comum e a construção de uma agenda de propostas e ações para o fortalecimento do setor localmente. O Portal Transparência é uma ferramenta para busca de informações sobre ONGs com base nos dados que são fornecidos anualmente pelas próprias organizações. O portal conta com 1.270 internautas cadastrados, 338 ONGs registradas e em processo de inserção de dados e 87 com os dados totalmente publicados.

Na dimensão da articulação e mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento local, destacam-se os fundos de investimento sociais individuais e comunitários. Exemplos como o do Instituto Vonpar, que investiu quase R\$ 1 milhão de reais para fomentar uma rede de cooperativas de catadores de materiais reciclados; do Fundo Comunitário para Empreendedorismo Social, que mobilizou R\$ 235.000,00 reais, apoiando 8 organizações que trabalham com a juventude e beneficiando diretamente 300 jovens da comunidade; e do Fundo de Reconstrução de Santa Catarina, com o valor de R\$618.949,20, que foram utilizados para apoiar a reconstrução das cidades que foram atingidas pelas chuvas.

Notou-se que os rendimentos financeiros do fundo permanente do ICOM ainda totalizam uma parcela muito pequena do montante mobilizado anualmente. A cultura de doação no Brasil é um dos fatores que podem explicar esse fato. O desafio enfrentando pela instituição na constituição de seu *endowment* reflete a necessidade de um marco legal para regular essas estratégias de sustentabilidades como os fundos patrimoniais, além do favorecimento da cultura de doação com incentivos fiscais.

Espera-se que este estudo tenha contribuído com a ampliação do conhecimento acadêmico acerca das fundações comunitárias e, acima de tudo, possa incentivar a aproximação de outros acadêmicos a esta realidade social, visto que o desenvolvimento socioeconômico é um processo de construção constante e coletiva, e a academia tem um papel fundamental neste processo.

## REFEÊNCIAS

BNDES. *Terceiro setor e desenvolvimento social*: Relato setorial n.03. Julho de 2001.

BAILEY, M. Levantamento de fundos no Brasil: principais implicações para as Organizações da Sociedade Civil e ONGs internacionais. In: *Cadernos ABONG. ONGs: identidades e desafios atuais*. n. 27, maio 2000. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 87-106.

BENTO, Greici Diana. *Contabilidade e Gestão no Terceiro Setor*: Um Estudo Bibliométrico em Periódicos Nacionais. 2010. 77f. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARBOSA, J. A. S. *A necessidade de se administrar as organizações do terceiro setor*. Controversa, São Paulo, ano 9, p. 13-17, 1999.

CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor*: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

DELLAGNELO, Lucia. Fundações Comunitárias – história, conceito e experiências brasileiras. In: NOBRE, Fernanda; LIGABUE, Gabriel. *Desenvolvimento Local e Fundações Comunitárias em Áreas Urbanas*. São Paulo, Fundação Tide Setubal; Gife, 2010, 140p.

DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Pioneira, 1997.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 2016. Disponível em:  
<http://floripamanha.org/2013/05/florianopolis-medira-eficiencia-da-gestao/>. Acesso em 29/06/2016.

FALCONER, Andrés Pablo. *A promessa do terceiro setor*: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de atuação. 1999. 153 f. Dissertação (mestrado). USP, São Paulo.

FLACH, Leonardo. *Captação de recursos e Estrutura Organizacional de OSCIPs Ambientalistas*. 2006. 143 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

FEURT, Suzanne L; SACKS, Eleanor W. An International Perspective on the History, Development and Characteristics of Community Foundations. In: *Building Philanthropic and Social Capital: The Work of Community Foundations*. Gutersloh: Bertelsmann Foundation Publishers, 2001, p 13-40.

FABIANI, Paula. In: Retrato da Doação no Brasil. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://idis.org.br/pesquisa-idisipsos-public-affairs-retrato-da-doacao-no-brasil/>. Acesso em: 30/06/2016.

HUDSON, M. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: O Desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

HERO, Peter deCourcy; WALKENHORST, Peter. *Missão Local - Visão Global - Fundações Comunitárias no Século XXI*. Florianópolis: Insular, 2012.

HODGSON, Jenny; KNIGHT, Barry. *Mais do que o primo pobre? A emergência das fundações comunitárias como um novo paradigma de desenvolvimento*. Junho, 2010, 20p.

IOSCHOPE, E. B. (Org.). *3º Setor. Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE; IPEA; ABONG; GIFE; CEMPRE. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos & Pesquisa Informação Econômica, 2012.

IDIS. *Retrato da Doação no Brasil*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://idis.org.br/pesquisa-idisipsos-public-affairs-retrato-da-doacao-no-brasil/>. Acesso em: 30/06/2016.

ICOM. *Sinais Vitais 2015*. Florianópolis, 2016a. Disponível em: <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/sinais-vitais-florianopolis-2015>. Acesso em 30/05/2016.

\_\_\_\_\_. *Sinais Vitais 2011*. Diagnóstico da Situação das Crianças e Adolescentes. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://comunicacao.icomfloripa.org.br/02befa1da3fb76531cf5>. Acesso em 30/05/2016.

\_\_\_\_\_. *Agenda do Terceiro Setor de Florianópolis*. Florianópolis, 2009. Disponível em: [http://www.icomfloripa.org.br/docs/agenda\\_do\\_terceiro\\_setor.pdf](http://www.icomfloripa.org.br/docs/agenda_do_terceiro_setor.pdf). Acesso em 01/07/2016.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades 2015*. Florianópolis, 2015. Disponível em: [http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio2015.Final\\_.pdf](http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio2015.Final_.pdf). Acesso em: 30/05/2016.

\_\_\_\_\_. *Fundo Comunitário para Reconstrução de Santa Catarina: relatório final aos investidores*. Florianópolis 2010. Disponível em: [http://www.icomfloripa.org.br/documentos/relatorio\\_fundo\\_reconstrucao.pdf](http://www.icomfloripa.org.br/documentos/relatorio_fundo_reconstrucao.pdf). Acesso em: 10/06/2016.

\_\_\_\_\_. *Desafios de Florianópolis*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/icom/wp-content/uploads/2013/10/Documento-final-FTQB.pdf>. Acesso em: 30/06/2016.

JOHNSON, P. D.; JOHNSON, S. P. *Tools for good: a guide to vehicle for philanthropy and charitable giving*. International Network for Strategic Planning (INSP). Paper 10. The Bertelsmann Stiftung, 2004.

LISBOA, Armando de Melo. Terceiro Setor. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LIMA, Manolita Correria. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*, 2. ed. rev. e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2008.

LUCA, Camila de Almeida. *O Terceiro Setor na Economia Brasileira*. 2008. 91f. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LANDIM, Leilah. Brazil. In: Salomon, Lester M. & Anheier, Helmut K. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester University Press, 1997. Cap 12.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. *Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais*. 2. ed. Revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2008.

MANÃS, Antônio Vico; MEDEIROS, Eptácio Ezequiel de. Terceiro Setor: Um estudo sobre sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. *Perspectiva em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v.2, n.2, p. 15-29, jul./dez. 2012.

MCLNNES, Barbara. As Regras para o Envolvimento: Construir Ativos e Estabelecer Parceiras com Doadores. In: HERO, Peter deCourcy; WALKENHORST, Peter. *Missão Local - Visão Global - Fundações Comunitárias no Século XXI*. Florianópolis: Insular, 2012.

NUNES, Andrea. *Terceiro setor: controle e fiscalização*. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

OLAK, P. A. *Conceitos econômicos aplicados à contabilidade de entidades privadas sem fins lucrativos*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 6., 1999, São Paulo.

PANCERI, Regina. *Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos*. 2001. 266 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. Florianópolis, 2016. Disponível em:  
<http://www.portaltransparencia.org.br/>. Acesso em: 10/06/2016.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. *Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set/out. 1998.

SILVA, Anderson Giovani da. *Fundações Comunitárias como promotoras de coprodução do bem público: O Caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM)*. 2011. 151 f. Dissertação



(Mestrado Profissional em Administração), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Anderson Giovani da; SCHOMMER, Paula Chies. Fundações Comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial. *Cadernos Gestão Pública*, v.14, n. 55 – Jul/Dez 2009.

SILVA, Anderson Giovani da; SOUZA, Erik Persson; PEREIRA, Renata Machado. Desenvolvimento Institucional para Desenvolvimento Comunitário: O Caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM). In: ARMANI, Domingos (Org.). *Organizações da Sociedade Civil: protagonismo e sustentabilidade*. Barueri: Instituto C&A, 2013.

SENGE, P. M.; CAMBRON-MCCABE, N.; LUCAS, T.; SMITH, B.; DUTTON, J.; KLEINER, A. *Schools that learn: a fifth discipline fieldbook for educators, parents, and everyone who cares about education*. New York: Doubleday, 2000.

SETUBAL, Maria Alice; LIGABUE, Gabriel. Desenvolvimento local e fundações comunitárias: do conceito à ação. In: NOBRE, Fernanda; LIGABUE, Gabriel. *Desenvolvimento Local e Fundações Comunitárias em Áreas Urbanas*. São Paulo, Fundação Tide Setubal; Gife, 2010, 140p.

SZAZI, Eduardo. Fundações Comunitárias e a Legislação Brasileira. In: NOBRE, Fernanda; LIGABUE, Gabriel. *Desenvolvimento Local e Fundações Comunitárias em Áreas Urbanas*. São Paulo, Fundação Tide Setubal; Gife, 2010, 140p.

SOUZA, Erik Persson. *O desenvolvimento institucional demonstrado na gestão e institucionalização de organizações locais da sociedade civil*. 2012. 120 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração) – Curso de Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOCIAL GOOD BRASIL. Florianópolis, 2016. Disponível em:  
<http://socialgoodbrasil.org.br/infografico-sgb>. Acesso em: 28/06/2016.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade. *Revista de Direito do Terceiro Setor*. Belo Horizonte, n. 10, jul.-dez. 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.

UNITED NATIONS VOLUNTEERS *et al.* *Nonprofit Organizations in Brazil: A Pilot Satellite Account with International Comparisons*. Novembro, 2010.

VIEIRA, ALBERT e BAGOLIN. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico do Brasil: Uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais*. Porto Alegre, n.3, p. 1-21, 2007.

WINGS – Worldwide Initiatives for Grantmarker Support. WINGS Forum. *Making a Difference in Philanthropy*. Conference Report, 2006.

## ANEXO 1

**Tabela 7 - Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
<b>Total</b>	<b>290 692</b>
<b>Habitação</b>	<b>292</b>
Habitação	292
<b>Saúde</b>	<b>6 029</b>
Hospitais	2 132
Outros serviços de saúde	3 897
<b>Cultura e recreação</b>	<b>36 921</b>
Cultura e arte	11 995
Esportes e recreação	24 926
<b>Educação e pesquisa</b>	<b>17 864</b>
Educação infantil	2 193
Ensino fundamental	4 475
Ensino médio	2 107
Educação superior	1 395
Estudos e pesquisas	2 059
Educação profissional	531
Outras formas de educação/ensino	4 904
<b>Assistência social</b>	<b>30 414</b>
Assistência social	30 414
<b>Religião</b>	<b>82 853</b>
Religião	82 853
<b>Associações patronais e profissionais</b>	<b>44 939</b>
Associações empresariais e patronais	4 559
Associações profissionais	17 450
Associações de produtores rurais	22 930
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>2 242</b>
Meio ambiente e proteção animal	2 242
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>42 463</b>
Associação de moradores	13 101
Centros e associações comunitárias	20 071
Desenvolvimento rural	1 522
Emprego e treinamento	507
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133
<b>Outras instituições privadas sem fins lucrativos</b>	<b>26 875</b>
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

## ANEXO 2

**Tabela 8 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e população total, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		População total	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
<b>Brasil</b>	<b>290 692</b>	<b>100,0</b>	<b>190 755 799</b>	<b>100,0</b>
<b>Norte</b>	<b>14 128</b>	<b>4,9</b>	<b>15 864 454</b>	<b>8,3</b>
Rorônia	2 373	0,8	1 562 409	0,8
Acre	738	0,3	730 559	0,4
Amazonas	2 360	0,8	3 483 985	1,8
Roraima	332	0,1	450 479	0,2
Pará	6 187	2,1	7 581 051	4,0
Amapá	391	0,1	689 526	0,4
Tocantins	1 747	0,6	1 383 445	0,7
<b>Nordeste</b>	<b>66 529</b>	<b>22,9</b>	<b>53 061 950</b>	<b>27,8</b>
Maranhão	6 648	2,3	6 574 789	3,4
Piauí	4 276	1,5	3 118 360	1,6
Ceará	13 002	4,5	8 452 381	4,4
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	3 168 027	1,7
Paraíba	5 628	1,9	3 766 526	2,0
Pernambuco	8 923	3,1	8 796 448	4,6
Alagoas	2 262	0,8	3 120 494	1,6
Sergipe	2 782	1,0	2 068 017	1,1
Bahia	18 825	6,5	14 016 906	7,3
<b>Sudeste</b>	<b>128 619</b>	<b>44,2</b>	<b>80 364 410</b>	<b>42,1</b>
Minas Gerais	36 759	12,6	19 597 330	10,3
Espírito Santo	6 393	2,2	3 514 952	1,8
Rio de Janeiro	25 881	8,9	15 989 929	8,4
São Paulo	59 586	20,5	41 262 190	21,6
<b>Sul</b>	<b>62 633</b>	<b>21,5</b>	<b>27 386 891</b>	<b>14,4</b>
Paraná	20 739	7,1	10 444 526	5,5
Santa Catarina	16 517	5,7	6 248 436	3,3
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	10 690 929	5,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>18 763</b>	<b>6,5</b>	<b>14 058 094</b>	<b>7,4</b>
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	2 440 024	1,3
Mato Grosso	4 070	1,4	3 035 122	1,6
Goiás	6 809	2,3	6 003 788	3,1
Distrito Federal	4 371	1,5	2 570 160	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010; e Censo Demográfico 2010.

## ANEXO 3

**Tabela 14 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
<b>Brasil</b>	<b>290 682</b>	<b>100,0</b>	<b>2 128 007</b>	<b>100,0</b>
<b>Norte</b>	<b>14 128</b>	<b>4,9</b>	<b>71 264</b>	<b>3,3</b>
Rondônia	2 373	0,8	8 160	0,4
Acre	738	0,3	5 074	0,2
Amazonas	2 360	0,8	19 139	0,9
Roraima	332	0,1	1 372	0,1
Pará	6 187	2,1	28 659	1,3
Amapá	391	0,1	3 266	0,2
Tocantins	1 747	0,6	5 594	0,3
<b>Nordeste</b>	<b>66 529</b>	<b>22,9</b>	<b>296 345</b>	<b>13,9</b>
Maranhão	6 648	2,3	20 584	1,0
Piauí	4 276	1,5	11 788	0,6
Ceará	13 002	4,5	61 109	2,9
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	17 191	0,8
Paraíba	5 628	1,9	13 187	0,6
Pernambuco	8 933	3,1	52 987	2,5
Alagoas	2 282	0,8	19 211	0,9
Sergipe	2 782	1,0	16 305	0,8
Bahia	18 825	6,5	83 983	3,9
<b>Sudeste</b>	<b>128 619</b>	<b>44,2</b>	<b>1 237 021</b>	<b>58,1</b>
Minas Gerais	36 759	12,6	242 243	11,4
Espírito Santo	6 393	2,2	35 420	1,7
Rio de Janeiro	25 881	8,9	210 688	9,9
São Paulo	59 586	20,5	748 670	35,2
<b>Sul</b>	<b>62 633</b>	<b>21,5</b>	<b>385 960</b>	<b>18,1</b>
Paraná	20 739	7,1	133 580	6,3
Santa Catarina	16 517	5,7	79 487	3,7
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	172 893	8,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>18 783</b>	<b>6,5</b>	<b>137 417</b>	<b>6,5</b>
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	26 523	1,2
Mato Grosso	4 070	1,4	19 107	0,9
Goiás	6 609	2,3	42 317	2,0
Distrito Federal	4 371	1,5	49 470	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

## ANEXO 4

**Tabela 27 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal	
		1,00 R\$ correntes	Salário mínimo (1)
<b>Total</b>	<b>46 233 127</b>	<b>1 667,05</b>	<b>3,3</b>
<b>Habitação</b>	<b>10 915</b>	<b>1 553,58</b>	<b>3,0</b>
Habitação	10 915	1 553,58	3,0
<b>Saúde</b>	<b>12 405 349</b>	<b>1 701,93</b>	<b>3,3</b>
Hospitais	10 281 524	1 688,16	3,3
Outros serviços de saúde	2 124 825	1 771,86	3,5
<b>Cultura e recreação</b>	<b>3 694 938</b>	<b>1 778,51</b>	<b>3,5</b>
Cultura e arte	1 509 776	2 340,37	4,6
Esportes e recreação	2 185 162	1 525,47	3,0
<b>Educação e pesquisa</b>	<b>15 060 913</b>	<b>2 026,61</b>	<b>4,0</b>
Educação infantil	275 436	957,52	1,9
Ensino fundamental	2 838 663	1 741,97	3,4
Ensino médio	1 704 605	1 672,18	3,3
Educação superior	5 886 115	2 689,59	5,3
Estudos e pesquisas	1 296 173	2 074,40	4,1
Educação profissional	324 760	1 416,35	2,8
Outras formas de educação/ensino	2 735 161	1 883,27	3,7
<b>Assistência social</b>	<b>5 054 765</b>	<b>1 228,19</b>	<b>2,4</b>
Assistência social	5 054 765	1 228,19	2,4
<b>Religião</b>	<b>2 157 513</b>	<b>1 107,57</b>	<b>2,2</b>
Religião	2 157 513	1 107,57	2,2
<b>Associações patronais e profissionais</b>	<b>2 510 880</b>	<b>1 703,01</b>	<b>3,3</b>
Associações empresariais e patronais	565 871	2 032,86	4,0
Associações profissionais	1 774 206	1 656,77	3,2
Associações de produtores rurais	170 803	1 364,99	2,7
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>219 851</b>	<b>1 561,68</b>	<b>3,1</b>
Meio ambiente e proteção animal	219 851	1 561,68	3,1
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>2 355 179</b>	<b>1 506,50</b>	<b>3,0</b>
Associação de moradores	185 285	1 022,86	2,0
Centros e associações comunitárias	644 357	1 426,90	2,8
Desenvolvimento rural	144 557	1 941,63	3,8
Emprego e treinamento	165 729	982,61	1,9
Defesa de direitos de grupos e minorias	388 878	1 539,36	3,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	826 373	1 900,22	3,7
<b>Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente</b>	<b>2 761 823</b>	<b>1 638,42</b>	<b>3,2</b>
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2 761 823	1 638,42	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2010 foi de R\$ 510,00.

## ANEXO 5

### 4.3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ONGs PARTICIPANTES

Das 32 ONGs, 25 (78%) atuam diretamente com crianças e adolescentes
1. APIVALE- Associação de Apicultores e Agricultores Agroecológicos do Vale do Rio D'una
2. Associação Ambientalista Comunitária Espiritualista Patriarca São José
3. Associação Brasileira de Portadores de Câncer - AMUCC
4. Associação Catarinense de Planta Medicinais
5. Associação Catarinense para Integração do Cego
6. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE-SJ
7. Associação Escola Oficina da Vida
8. Associação Horizontes
9. Associação João Paulo II
10. Associação Junior Achievemnet de Santa Catarina
11. Associação Mantenedora de Apoio - posto CVV de Florianópolis
12. Associação Pró-Brejaru
13. Casa da Criança do Morro da Penitenciária
14. Centro Cultural Escrava Anastácia
15. Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina
16. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim
17. Cooperativa de Produtos e Serviços Florestais Mãos na Mata
18. GAPA - Lar Recanto do Carinho
19. Grupo Africatarina de Arte e Arte-Educação
20. Grupo Escoteiro do Mar Ilhas Guarã
21. Instituto Anima de Cultura e Desenvolvimento Sustentável
22. Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza
23. Instituto Ekko Brasil
24. Instituto Harmonia na Terra
25. Instituto Mãe Terra de Tecnologia Educacional e Ambiental
26. Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia - IMMA
27. Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES
28. Núcleo Espirita Nosso Lar
29. ONG Música & Cidadania
30. Orionópolis Catarinense
31. Sociedade Espirita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE)
32. Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis

## ANEXO 6

### 4.3.3 PERFIL DAS ONGs PARTICIPANTES (MARCO ZERO)

